

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DE PALMEIRA D'OESTE REALIZA CURSOS DA ESCOLA DA BELEZA (MANICURE, PEDICURE E CABELEREIRO)

No mês de outubro foi realizada a "Escola da Beleza" em Palmeira D'Oeste

A Escola de Beleza visa proporcionar experiência teórica e prática na área da beleza e bem-estar. Nos cursos são ensinadas técnicas atuais usadas por profissionais da área para que, desta forma, os alunos possam ocupar uma vaga no mercado de trabalho ou possam empreender, possuindo o seu próprio negócio.

O programa foi iniciado no dia 17 de outubro e terminou no dia 28 do mesmo mês, tendo duração de 10 dias. Foram oferecidos cursos de manicure, pedicure e cabeleireira para as participantes inscritas

Agradecemos ao Fundo Social de São Paulo pela disponibilização dos cursos, aos participantes e colaboradores, toda a equipe do Serviço Social, a Primeira Dama e Presidente do Fundo Social de Solidariedade Andréa Savazi, Prefeito Dodô, Vice Maurão e toda Câmara Municipal pela adesão de mais esse projeto.



CASA DO LAVRADOR
— Agropecuária —

Rua XV de Novembro N° 46-80
Centro - Palmeira D'Oeste/SP
(17) 3651-1547

Clínica referência na região em implantes dentários e próteses sobre implantes.

Nossos Serviços

- Clínica Geral
- Ortodontia
- Tratamento de Canal
- Clareamento Dental
- Próteses Fixas e Móveis
- Lentes de Contato Dental
- Lipopapada
- Botox / Preenchimento

Sorria com confiança!

Agende sua avaliação!
📞 17 99629.9213

UNIDADES em AURIFLAMA e PEREIRA BARRETO

📍 PALMEIRA D'OESTE
Rua Mal. Humberto A. Castelo Branco, 4867 - Centro

TIPOESTE
OFF-SET

TIPOESTE TIPOGRAFIA LTDA-ME

Você imagina, a gente imprime!

Cartões de Visita
Panfletos
Cardápios
Pastas
Receituários
Encadernações
Fichas e Formulários
Carimbos

Envelopes
Adesivos de Vinil e Troca de Óleo
Faixas
Banners
Brindes Personalizados
Imãs de Geladeira
Comanda e Talões

17 99636-2825 📞 17 99602-6490 📞
Av. Carlos Gomes nº 4960 | Palmeira D' Oeste/SP
📧 graficatipoeste@gmail.com

SAIA JÁ DO ALUGUEL

PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA

Minha Casa Minha Vida

Alan Mattos
Engenheiro Civil - CREA 5069303723
1799634-1740 📞

MATERIAL P/ CONSTRUÇÃO

Big
CENTER

17 3651-1125 📞 17 99668-8821 📞



Vendas no atacado e varejo. Venha conferir!

Telefone (17) 3651-3347
Av. Inocêncio Figueiredo, nº 53-58 -
Centro - Palmeira d'Oeste

D'Oeste
Posto de Serviço
(17) 3651-1129
ABERTO até as 24hs

CAMAC
CANÁRIO - MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES
FONE: (17) 3651-1423
FONE/FAX: 3651-1339
RUA BRASIL, Nº 56-100 - CENTRO - PALMEIRA D'OESTE-SP

Drogaria Parati
Dedicada a você
AQUÍ TEM FARMÁCIA POPULAR
MultiDrogas
Com você, pela saúde da nossa gente
(17) 3651-1131
Rua Brasil, nº 46-15 - Centro - Palmeira D'Oeste - SP

Tribuna da Imprensa
EXPEDIENTE
Jornal Tribuna da Imprensa S/S Ltda
C.N.P.J. nº 13.787.972/0001-10
Insc. Municipal nº 0300.1036.1302
Diretor Presidente: Filipe Botelho Soares Dutra Fernandes
Editora/Redatora: Marília Botelho Soares Dutra Fernandes
Colunista: Tenente Dirceu Cardoso
Jornalista Responsável: Lúide Amorim Mendes
Tiragem: 500 exemplares
Redação: Rua Rio Branco, nº 49-16 - Centro
Fone (17) 3651-1293 / 3651-1379 - Palmeira d'Oeste/SP
CEP 15.720-000 - E-Mail: tribunadacomarca@yahoo.com
Diagramação e Impressão:
Designer Gráfico: Renato Furlan Neto (17) 99755-6687
Impressão Editora JG Rio Preto - CNPJ 00.273.211/0001-06 - FONE (17) 3224-9175
Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente a opinião deste jornal.



*Câmara Municipal de
São Francisco - SP*

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA FASE DE DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA. NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO, ARTIGO 48 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Nº 101/2.000 - REALIZADA NO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2022

Aos 27 dias do mês de outubro do ano de 2.022 (dois mil e vinte e dois), às 18h00min, no recinto da Câmara Municipal de São Francisco, sito à Avenida Oscar Antônio da Costa, nº1231, realizou-se a audiência pública para discussão e posterior apreciação pelo plenário do Projeto de Lei 56/2.022, que estima receita e fixa despesa do Município de São Francisco para o Exercício de 2023 e dá outras providências. Com a presença das pessoas que compareceram por convite ou por ciência através de Edital afixado no local próprio desta Câmara e, sob a direção do senhor Presidente da Casa **Benedito Belias**, que iniciou a audiência passando a palavra para o Advogado responsável por dirigir Audiências Públicas da Câmara, José Fernandes, para conduzir a presente audiência pública. Fazendo uso da palavra, fez a apresentação da matéria e se colocou a disposição para esclarecer possíveis dúvidas dos presentes. Não havendo questionamentos sobre o Projeto, José Fernandes passou a palavra para o Presidente **Benedito Belias**, que agradeceu a presença dos vereadores, do Jurídico da casa, Rodrigo Theodoro.

Concluídos os pronunciamentos e não tendo nenhum questionamento dos presentes e não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a audiência pública, da qual se lavrou a presente ata, que vai assinada pelo senhor Presidente desta audiência e por mim, **Claudete da Cruz Trindade Carvalho**, Assessora Parlamentar, designada por secretariar a presente reunião, que lavrei a presente ata, que vai assinada por mim juntamente com as demais pessoas que assim desejarem.

Câmara Municipal de São Francisco/SP, 3 de novembro de 2022

Benedito Belias
Benedito Belias

Vereador/Presidente

Claudete da Cruz Trindade Carvalho
Claudete da Cruz Trindade Carvalho
Assessora Parlamentar

Avenida Oscar Antônio da Costa, 1231 - CEP 15710 000- Fone (17) 3693-1202
Email: camarasaofrancisco@ig.com.br - Site: www.camarasaofrancisco.sp.gov.br
CNPJ: 51.842.201/0001-77 - SÃO FRANCISCO - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA SALETE

PROCESSO Nº. 99/2022
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

JEDER FABIANO SANTIAGO SOUZA, Prefeito Municipal desta cidade de Santa Salete, do Estado do de São Paulo, na forma da Lei e no uso de suas atribuições, etc.,

Pelo presente, indo devidamente assinado, faz saber, a todos quantos interessar possa que, examinando a presente licitação na modalidade Pregão Presencial nº 35/2022 – Processo nº 99/2022 e, considerando o relatório da Comissão Permanente, assim como todo o processado, verificou que a mesma está em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela de nº 8.883 de 08 de junho de 1994 e pela Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1.998, e o Edital e Instruções expedidos. HOMOLOGO E ADJUDICO a empresa: LUIZ ANTONIO TONETE - ME, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE CAMISetas PERSONALIZADAS EM ATENDIMENTO AO SETOR DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA SALETE/SP.

Convoquem-se as interessadas para assinarem o termo de contrato no prazo e condições estabelecidas, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 II, desde que precluso o prazo de recurso e/ou, proceda-se na forma da lei. Ciência à Contabilidade para providências e ao órgão interessado no objeto.

Publique-se por afixação no local próprio desta Prefeitura.

Prefeitura Municipal de Santa Salete (SP), 04 de novembro de 2022.

JEDER FABIANO SANTIAGO SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Nº. 99/2022
Modalidade Pregão Presencial Nº. 35/2022

Objeto
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE CAMISetas PERSONALIZADAS EM ATENDIMENTO AO SETOR DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA SALETE/SP.

Contrato Nº 142/2022
Contratada LUIZ ANTONIO TONETE - ME
Valor Total R\$ 5.616,00 (cinco mil seiscentos e dezesseis reais).
Vigência Até 04 de janeiro de 2023.

Prefeitura Municipal de Santa Salete (SP), 04 de novembro de 2022.

JEDER FABIANO SANTIAGO SOUZA
Prefeito Municipal



**PREFEITURA DE MARINÓPOLIS
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022**

EDITAL DE RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA

A Prefeitura Municipal de Maringópolis/SP, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, RESOLVE RETIFICAR os itens abaixo e RATIFICAR os demais itens do edital:

01 - Onde se lê:

3.1. As inscrições serão realizadas via Internet, no endereço eletrônico www.indepac.org.br/concursos, iniciando-se às 08h00 do dia 07 de novembro de 2022 e encerrando-se às 16h00min do dia 18 de novembro de 2022, observado o horário oficial de Brasília/DF e os itens estabelecidos no Capítulo 2. Das Condições para Inscrição, deste Edital.

Leia-se:

3.1. As inscrições serão realizadas via Internet, no endereço eletrônico www.indepac.org.br/concursos, iniciando-se às 08h00 do dia 07 de novembro de 2022 e encerrando-se às 16h00min do dia 21 de novembro de 2022, observado o horário oficial de Brasília/DF e os itens estabelecidos no Capítulo 2. Das Condições para Inscrição, deste Edital.

02 - Onde se lê:

3.5. O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição através de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária, com vencimento para o dia 18 de novembro de 2022, primeiro dia útil subsequente após a data de encerramento do período de inscrição. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

Leia-se:

3.5. O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição através de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária, com vencimento para o dia 21 de novembro de 2022, mesmo dia de encerramento do período de inscrição. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

03 - Onde se lê:

3.12. A partir do dia 23 de novembro de 2022, o candidato deverá conferir no endereço eletrônico www.indepac.org.br/concursos se os dados da inscrição, efetuada via Internet, e se o valor da inscrição foi recebido pelo INDEPAC, ou seja, se a inscrição está confirmada.

Leia-se:

3.12. A partir do dia 26 de novembro de 2022, o candidato deverá conferir no endereço eletrônico www.indepac.org.br/concursos se os dados da inscrição, efetuada via Internet, e se o valor da inscrição foi recebido pelo INDEPAC, ou seja, se a inscrição está confirmada.

04 - Onde se lê:

3.18. O candidato que solicitar condição especial para a realização das provas deverá, a partir de 23 de novembro de 2022, acessar o site www.indepac.org.br/concursos para verificar o resultado da solicitação pleiteada.

Leia-se:

3.18. O candidato que solicitar condição especial para a realização das provas deverá, a partir de 26 de novembro de 2022, acessar o site www.indepac.org.br/concursos para verificar o resultado da solicitação pleiteada.

05 - Onde se lê:

6.1. As provas objetivas serão realizadas na cidade de Maringópolis/SP, na data prevista de 04 de dezembro de 2022, em locais e horários a serem comunicados oportunamente através de Edital de Convocação para as Provas Objetivas a ser publicado na Imprensa Oficial do Município de Maringópolis e divulgado através da Internet no endereço eletrônico www.indepac.org.br/concursos, observado o horário oficial de Brasília/DF.

Leia-se:

6.1. As provas objetivas serão realizadas na cidade de Maringópolis/SP, na data prevista de 08 de janeiro de 2023, em locais e horários a serem comunicados oportunamente através de Edital de Convocação para as Provas Objetivas a ser publicado na Imprensa Oficial do Município de Maringópolis e divulgado através da Internet no endereço eletrônico www.indepac.org.br/concursos, observado o horário oficial de Brasília/DF.

06 - Onde se lê:

6.1.2. Não será enviado Cartão Informativo do Candidato para o endereço ou e-mail do candidato. O candidato deverá, a partir do dia 29 de novembro de 2022, informar-se, pela internet, no endereço eletrônico www.indepac.org.br/concursos, em que local e horário irá realizar a prova. Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o seu local de prova.

Leia-se:

6.1.2. Não será enviado Cartão Informativo do Candidato para o endereço ou e-mail do candidato. O candidato deverá, a partir do dia 03 de janeiro de 2023, informar-se, pela internet, no endereço eletrônico www.indepac.org.br/concursos, em que local e horário irá realizar a prova. Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o seu local de prova.

07 - Os demais itens do edital de abertura das inscrições ficam ratificados.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

Evaldo Ribeiro
Prefeito Municipal

Maringópolis, 28 de outubro de 2022.



**PREFEITURA MUNICIPAL
Palmeira D'Oeste - Estado de São Paulo**
Av. Dr. Francisco Félix de Mendonça, 4955, Centro
Fone/Fax: (17) 3651-1212 - CEP: 15.720-000
CNPJ: 46.609.731/0001-30
E-mail: pmpalmeira@ig.com.br

CONVOCAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE VAGAS

A Prefeitura Municipal de Palmeira D'Oeste Estado de São Paulo na pessoa do Sr. **REINALDO SAVAZI**, Prefeito Municipal de Palmeira D'Oeste Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais:

Convoca o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público Municipal nº. 01/2022, abaixo relacionado, conforme resultado publicado por Edital anteriormente, a comparecer no próximo dia 21 de novembro de 2022, às 8h no DEPARTAMENTO DE PESSOAL situado à Avenida Dr. Francisco Félix de Mendonça nº. 49-55, com o fim específico de tomar posse do cargo pleiteado. O não comparecimento no dia e horário marcado implicará na desistência da vaga.

CARGO	CLASSIF.	NOME	MÉDIA
FAXINEIRA	4º	ANA CRISTINA NOGUEIRA	62,50

Palmeira d'Oeste - SP, 04 de novembro de 2022.

Reinaldo Savazi
Reinaldo Savazi
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Contrato nº. 07/2022

Processo Licitatório nº. 07/2022

Inexigibilidade nº. 01/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada em contabilidade pública, visando à prestação de serviços técnicos especializados em Contabilidade financeira, orçamentária e folha de pagamento, bem como envio de dados informatizados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo relativo ao sistema AUDESP, demonstrativos da LRF, SICONFI, DCTF, E-social, desta Câmara Municipal no período de 12 meses.

Benedito Belias, Presidente da Câmara Municipal de São Francisco, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas, HOMOLOGA e ADJUDICA:

O Processo em epígrafe, a favor da Empresa VIEIRA SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME, inscrita no CNPJ N.º 40.567.038/0001-65, com sede no município de Palmeira D'Oeste, perfazendo o valor mensal de R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais), cuja proposta apresentada foi considerada válida pelo critério de aceitabilidade, sendo a mais vantajosa para a Câmara Municipal, tudo de conformidade com os elementos contidos no presente processo.

Prossiga-se nos demais atos.

São Francisco-SP, 31 de outubro de 2022.

BENEDITO Assinado de forma digital por BENEDITO BELIAS:78472750825
72750825 Datas: 2022.10.31 16:02:42 -03'00'

Benedito Belias
Presidente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS/SP
AVISO DE LICITAÇÃO - Pregão Presencial nº 018/2022**

A Prefeitura Municipal de Maringópolis, (SP), Torna se público, para conhecimento de todos quantos possa a vir interessar, que realizará às 08h30min no dia 18 DE NOVEMBRO DE 2022, o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2022, na Modalidade Pregão Presencial nº 018/2022. OBJETO: Eventual contratação de Serviços gráficos, a serem utilizados por diversas secretarias e órgãos da municipalidade, os quais serão entregues de forma parcelada de acordo com a necessidade. O Edital e seus Anexos, poderão ser retirado junto ao Setor de Licitações, dentro do horário regulamentar de funcionamento, de segunda a sexta-feira, das 8:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h, solicitados por e-mail licitacao@marinopolis.sp.gov.br, ou obtido através do site www.marinopolis.sp.gov.br. Maiores informações pelo fone: (17) 3695-1101. Maringópolis (SP). Em 03 de Novembro de 2022. Evaldo Ribeiro - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
 C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
 Praça da Bandeira nº 69 – Centro – CEP 15.730-000
 E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
 Telefone – (17) 3695-1101 – Fax (17) 3695-1101

DECRETO Nº 2.575, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022

"Regulamenta a Contratação Direta nos termos do quanto disposto na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública municipal".

IVALDO RIBEIRO, Prefeito Municipal de Marinópolis, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o quanto disposto nos artigos 72 e seguintes da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021:

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a contratação direta, nos termos do quanto disposto na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública municipal.

Art. 2º. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo Único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

MARINÓPOLIS
 Prefeitura Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
 C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
 Praça da Bandeira nº 69 – Centro – CEP 15.730-000
 E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
 Telefone – (17) 3695-1101 – Fax (17) 3695-1101

d) transferência de tecnologia ou licenciamento de direito de uso e de exploração de criação protegida, nas contratações realizadas por instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT) pública ou por agência de fomento, desde que demonstre vantagem para a Administração;

e) hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia;

f) bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional;

g) materiais de uso das Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante autorização por ato do comandante da força militar;

h) bens e serviços para atendimento dos contingentes militares das forças singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, hipótese em que a contratação deverá ser justificada quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificada pelo comandante da força militar;

i) abastecimento ou suprimento de efetivos militares em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento;

j) coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;

k) aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível;

l) serviços especializados ou aquisição ou locação de equipamentos destinados ao rastreamento e à obtenção de provas previstas nos incisos II e V do caput do art. 3º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, quando houver necessidade justificada de manutenção de sigilo sobre a investigação;

m) aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde;

V - para contratação com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 3º-A, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação constantes da referida Lei;

VI - para contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa, mediante demanda dos comandos das Forças Armadas ou dos demais ministérios;

MARINÓPOLIS
 Prefeitura Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
 C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
 Praça da Bandeira nº 69 – Centro – CEP 15.730-000
 E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
 Telefone – (17) 3695-1101 – Fax (17) 3695-1101

Art. 8º. O Administração municipal atualizará, a cada dia 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, os valores fixados por esta Lei, os quais serão divulgados no PNCV, face ao disposto no Art. 182 da LIL.

Marinópolis/SP, em 03 de Novembro de 2022.

IVALDO RIBEIRO
 Prefeito Municipal

CERTIDÃO
 Certificamos que o presente Decreto foi publicado através do Portal - Site da Administração Municipal, nesta data.
 Marinópolis/SP, em 03 de Novembro de 2022.
ANDERSON BASÍLIO ALVES
 Assessor de Gabinete

MARINÓPOLIS
 Prefeitura Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
 C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
 Praça da Bandeira nº 69 – Centro – CEP 15.730-000
 E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
 Telefone – (17) 3695-1101 – Fax (17) 3695-1101

Art. 3º. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

MARINÓPOLIS
 Prefeitura Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
 C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
 Praça da Bandeira nº 69 – Centro – CEP 15.730-000
 E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
 Telefone – (17) 3695-1101 – Fax (17) 3695-1101

VII - nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem;

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

X - quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;

XI - para celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;

XII - para contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição desses produtos durante as etapas de absorção tecnológica, e em valores compatíveis com aqueles definidos no instrumento firmado para a transferência de tecnologia;

XIII - para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização;

XIV - para contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência;

XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;

XVI - para aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de insumos estratégicos para a saúde produzidos por fundação que, regimental ou estatutariamente, tenha por finalidade apoiar órgão da Administração Pública direta, sua autarquia ou fundação em projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos, ou em parcerias que envolvam transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o SUS, nos termos do inciso XII do caput

MARINÓPOLIS
 Prefeitura Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
 C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
 Praça da Bandeira nº 69 – Centro – CEP 15.730-000
 E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
 Telefone – (17) 3695-1101 – Fax (17) 3695-1101

DECRETO Nº 2.574, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2022

Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Município de Marinópolis, estado de São Paulo.

IVALDO RIBEIRO, Prefeito Municipal de Marinópolis, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Executivo municipal de Marinópolis, estado de São Paulo.

Art. 2º O disposto neste Decreto abrange todos os órgãos da administração direta do Poder Executivo municipal de Marinópolis, autarquias, fundações, fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Prefeitura.

Parágrafo único. Não são abrangidas por este Decreto as licitações das empresas estatais municipais e suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Art. 3º Na aplicação deste Decreto, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

CAPÍTULO II
DOS AGENTES QUE ATUAM NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art. 4º Ao Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

MARINÓPOLIS
 Prefeitura Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
 C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
 Praça da Bandeira nº 69 – Centro – CEP 15.730-000
 E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
 Telefone – (17) 3695-1101 – Fax (17) 3695-1101

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:

I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;

II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;

III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

Art. 4º. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

IV - para contratação que tenha por objeto:

a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

b) bens, serviços, alienações ou obras, nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para a Administração;

c) produtos para pesquisa e desenvolvimento, limitada a contratação, no caso de obras e serviços de engenharia, ao valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

MARINÓPOLIS
 Prefeitura Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
 C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
 Praça da Bandeira nº 69 – Centro – CEP 15.730-000
 E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
 Telefone – (17) 3695-1101 – Fax (17) 3695-1101

deste artigo, e que tenha sido criada para esse fim específico em data anterior à entrada em vigor desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 2º Os valores referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

§ 4º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente pagas por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), assim que este for disponibilizado pelo Governo Federal, devendo ser divulgado e mantido à disposição no sítio eletrônico oficial do município enquanto aquele não estiver disponível.

§ 5º A dispensa prevista na alínea "c" do inciso IV do caput deste artigo, quando aplicada a obras e serviços de engenharia, seguirá procedimentos especiais instituídos em regulamentação específica.

§ 6º Para os fins do inciso VIII do caput deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.

§ 7º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças.

Art. 5º. Enquanto o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) não for disponibilizado pelo Governo Federal, os extratos deverão ser divulgados e mantidos à disposição do público no sítio eletrônico oficial do município.

Art. 6º. A administração municipal poderá editar normas complementares ao disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais, em meio eletrônico.

Art. 7º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MARINÓPOLIS
 Prefeitura Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
 C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
 Praça da Bandeira nº 69 – Centro – CEP 15.730-000
 E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
 Telefone – (17) 3695-1101 – Fax (17) 3695-1101

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

§ 1º A Comissão de Contratação conduzirá o Diálogo Competitivo, cabendo-lhe, no que couber, as atribuições listadas acima, sem prejuízo de outras tarefas inerentes a essa modalidade.

§ 2º Caberá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, além dos procedimentos auxiliares a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da citada Lei.

§ 3º O Agente de Contratação, assim como os membros da Comissão de Contratação, poderão ser servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes do Município, ou cedidos de outros órgãos ou entidades para atuar na Prefeitura.

§ 4º O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação contarão, sempre que considerarem necessário, com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções listadas acima.

§ 5º O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação contarão com auxílio permanente de Equipe de Apoio formada por, no mínimo, 3 (três) membros, dentre servidores efetivos ou ocupantes de cargos em comissão da Prefeitura ou cedidos de outros órgãos ou entidades.

§ 6º Em licitação na modalidade Pregão, o Agente de Contratação responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro.

MARINÓPOLIS
 Prefeitura Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
Praça da Bandeira nº 69 - Centro - CEP 15.730-000
E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
Telefone - (17) 3695-1101 - Fax (17) 3695-1101

Art. 5º Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de contratos de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a autoridade municipal observará o seguinte:
I - a designação de agentes públicos deve considerar a sua formação acadêmica ou técnica, ou seu conhecimento em relação ao objeto contratado;

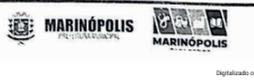
CAPÍTULO III
DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Art. 6º O Município poderá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.
Parágrafo Único. Na elaboração do Plano de Contratações Anual do Município, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

CAPÍTULO IV
DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETC)

Art. 7º Em âmbito municipal, a obrigação de elaborar Estudo Técnico Preliminar aplica-se à aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locação e contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, ressalvado o disposto no art. 6º.
Art. 8º Em âmbito municipal, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional nos seguintes casos:

- I - contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;
II - dispensas de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
III - contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
IV - quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.



Digitado com CamScanner



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
Praça da Bandeira nº 69 - Centro - CEP 15.730-000
E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
Telefone - (17) 3695-1101 - Fax (17) 3695-1101

Art. 13. Na pesquisa de preço relativa às contratações de prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.
Art. 14. Na elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia a serem realizadas em âmbito municipal, quando se tratar de recursos próprios, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013, e na Portaria Interministerial 13.395, de 5 de junho de 2020.

CAPÍTULO VII
DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 15. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação do programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, adotando-se como parâmetro normativo para a elaboração do programa e sua implementação, no que couber, o disposto no Capítulo IV do Decreto Federal nº 8.420, de 18 de março de 2015.

Parágrafo Único. Ocorrido o prazo de 6 (seis) meses indicado no caput sem o início da implantação do programa de integridade, o contrato será rescindido pela Administração, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas em função de inadimplemento de obrigação contratual, observado o contraditório e ampla defesa.

CAPÍTULO VIII
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art. 16. Nas licitações para obras, serviços de engenharia ou para a contratação de serviços terceirizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o edital poderá, a critério da autoridade que o expedir, exigir que até 5% da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica, ou oriundas ou egressas do sistema prisional, permitida a exigência cumulativa no mesmo instrumento convocatório.

Art. 17. Nas licitações municipais, não se preverá a margem de preferência referida no art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO IX
DO LEILÃO

Art. 18. Nas licitações realizadas na modalidade Leilão, serão observados os seguintes procedimentos operacionais:

- I - realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados, que deverá ser feita com base nos seus preços de mercado, a partir da qual serão fixados os valores mínimos para arrematação;
II - designação de um Agente de Contratação para atuar como leiloeiro, o qual contará com o auxílio de Equipe de Apoio conforme disposto no § 5º do art. 4º deste regulamento, ou, alternativamente, contratação de um leiloeiro oficial para conduzir o certame.



Digitado com CamScanner



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
Praça da Bandeira nº 69 - Centro - CEP 15.730-000
E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
Telefone - (17) 3695-1101 - Fax (17) 3695-1101

III - elaboração do edital de abertura da licitação contendo informações sobre descrição dos bens, seus valores mínimos, local e prazo para visitação, forma e prazo para pagamento dos bens arrematados, condição para participação, dentre outros.
IV - realização da sessão pública em que serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores dos lotes licitados.

§ 1º O edital não deverá exigir a comprovação de requisitos de habilitação por parte dos licitantes.
§ 2º A sessão pública poderá ser realizada eletronicamente, por meio de plataforma que assegure a integridade dos dados e informações e a confiabilidade dos atos nela praticados.

CAPÍTULO X
DO CICLO DE VIDA DO OBJETO LICITADO

Art. 19. Desde que objetivamente mensuráveis, fatores vinculados ao ciclo de vida do objeto licitado, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio para a Administração Pública Municipal.

§ 1º A modelagem de contratação mais vantajosa para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto, deve ser considerada ainda na fase de planejamento da contratação, a partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

§ 2º Na estimativa de despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, poderão ser utilizados parâmetros diversos, tais como históricos de contratos anteriores, séries estatísticas disponíveis, informações constantes de publicações especializadas, métodos de cálculo usualmente aceitos ou eventualmente previstos em legislação, trabalhos técnicos e acadêmicos, dentre outros.

CAPÍTULO XI
DO JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO

Art. 20. Para o julgamento por técnica e preço, o desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública deverá ser considerado na pontuação técnica.

Parágrafo Único. Em âmbito municipal, considera-se autoaplicável o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cabendo ao edital da licitação detalhar a forma de cálculo da pontuação técnica.

CAPÍTULO XII
DA CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE DE USO DISSEMINADO

Art. 21. O processo de gestão estratégica das contratações de software de uso disseminado no Município deve ter em conta aspectos como adaptabilidade, reputação, suporte, confiança, a usabilidade e considerar ainda a relação custo-benefício, devendo a contratação de licenças ser alinhada às reais necessidades do Município com vistas a evitar gastos com produtos não utilizados.



Digitado com CamScanner



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
Praça da Bandeira nº 69 - Centro - CEP 15.730-000
E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
Telefone - (17) 3695-1101 - Fax (17) 3695-1101

CAPÍTULO V
DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS

Art. 9º O Município poderá elaborar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, o qual poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto e conterá toda a documentação e os procedimentos próprios da lista interna de licitações, assim como as especificações dos respectivos objetos.

Parágrafo Único. Enquanto não for elaborado o catálogo eletrônico a que se refere o caput, poderá ser adotado, nos termos do art. 19, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os Catálogos CATMAT e CATSER, do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, do Governo Federal, ou o que vier a substituí-los.

Art. 10. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas do Município deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.
§ 1º Na especificação de itens de consumo, a Administração buscará a escolha do produto que, atendendo de forma satisfatória à demanda a que se propõe, apresente o melhor preço.

§ 2º Considera-se bem de consumo de luxo o que se revelar, sob os aspectos de qualidade e preço, superior ao necessário para a execução do objeto e satisfação das necessidades da Administração municipal.

CAPÍTULO VI
DA PESQUISA DE PREÇOS

Art. 11. No procedimento de pesquisa de preços realizado em âmbito municipal, os parâmetros previstos no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são autoaplicáveis, no que couber.

Art. 12. Adotar-se-á, para a obtenção do preço estimado, cálculo que incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º A partir dos preços obtidos a partir dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o valor estimado poderá ser, a critério da Administração, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, podendo ainda ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 3º A desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, será acompanhada da devida motivação.

§ 4º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos.



Digitado com CamScanner



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
Praça da Bandeira nº 69 - Centro - CEP 15.730-000
E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
Telefone - (17) 3695-1101 - Fax (17) 3695-1101

Parágrafo Único. Em âmbito municipal, a programação estratégica de contratações de software de uso disseminado no Município deve observar, no que couber, o disposto no Capítulo II da Instrução Normativa nº 01, de 04 de abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, bem como, no que couber, a redação atual da Portaria nº 778, de 04 de abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

CAPÍTULO XIII
DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Art. 22. Como critério de desempate previsto no art. 60, III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para efeito de comprovação de desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, poderão ser consideradas no edital de licitação, desde que comprovadamente implementadas, políticas internas tais como programas de liderança para mulheres, projetos para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres e o preconceito dentro das empresas, inclusive ações educativas, distribuição equânime de gêneros por níveis hierárquicos, dentre outras.

CAPÍTULO XIV
DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS MAIS VANTAJOSOS

Art. 23. Na negociação de preços mais vantajosos para a administração, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação poderá oferecer contraproposta.

CAPÍTULO XV
DA HABILITAÇÃO

Art. 24. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

Parágrafo Único. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

Art. 25. Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contratação de obras e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível com o licitado, desde que, em qualquer caso, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação realize diligência para confirmar tais informações.

Art. 26. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.



Digitado com CamScanner



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
Praça da Bandeira nº 69 - Centro - CEP 15.730-000
E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
Telefone - (17) 3695-1101 - Fax (17) 3695-1101

CAPÍTULO XVI
PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS

Art. 27. Para efeito de participação de empresas estrangeiras nas licitações municipais, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber e quando previsto em edital, o disposto na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

CAPÍTULO XVII
DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 28. Em âmbito municipal, é permitida a adoção do sistema de registro de preços para contratação de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia, sendo vedada a adoção do sistema de registro de preços para contratação de obras de engenharia, bem como nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Art. 29. As licitações municipais processadas pelo sistema de registro de preços poderão ser adotadas nas modalidades de licitação Pregão ou Concorrência.

§ 1º Em âmbito municipal, na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

§ 2º O edital deverá informar o quantitativo mínimo previsto para cada contrato oriundo da ata de registro de preços, com vistas a reduzir o grau de incerteza do licitante na elaboração da sua proposta, sem que isso represente ou assegure ao fornecedor direito subjetivo à contratação.

Art. 30. Nos casos de licitação para registro de preços, o órgão ou entidade promotora da licitação deverá, na fase de planejamento da contratação, divulgar aviso de intenção de registro de preços - IRP, concedendo o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para que outros órgãos ou entidades registrem eventual interesse em participar do processo licitatório.

§ 1º O procedimento previsto no caput poderá ser dispensado mediante justificativa.

§ 2º Cabe ao órgão ou entidade promotora da licitação analisar o pedido de participação e decidir, motivadamente, se aceitará ou recusará o pedido de participação.

§ 3º Na hipótese de inclusão, na licitação, dos quantitativos indicados pelos participantes na fase da IRP, o edital deverá ser ajustado de acordo com o quantitativo total a ser licitado.

Art. 34. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.



Digitado com CamScanner



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
Praça da Bandeira nº 69 - Centro - CEP 15.730-000
E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
Telefone - (17) 3695-1101 - Fax (17) 3695-1101

CAPÍTULO XVII
DO CREDECIMENTAMENTO

Art. 35. O credenciamento poderá ser utilizado quando a administração pretender formar uma rede de prestadores de serviços, pessoas físicas ou jurídicas, e houver inviabilidade de competição em virtude da possibilidade da contratação de qualquer uma das empresas credenciadas.

§ 1º O credenciamento será divulgado por meio de edital de chamamento público, que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no referido documento.

§ 2º A administração fixará o preço a ser pago ao credenciado, bem como as respectivas condições de reajustamento.

§ 3º A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiros sempre que este for o beneficiário direto do serviço.

§ 4º Quando a escolha do prestador for feita pela administração, o instrumento convocatório deverá fixar a maneira pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.

§ 5º O prazo mínimo para recebimento de documentação dos interessados não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

§ 6º O prazo para credenciamento deverá ser reaberto, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses, para ingresso de novos interessados.

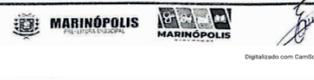
CAPÍTULO XIX
DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Art. 36. Adotar-se-á, em âmbito municipal, o Procedimento de Manifestação de Interesse observando-se, como parâmetro normativo, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 8.420, de 02 de abril de 2015.

CAPÍTULO XX
DO REGISTRO CADASTRAL

Art. 37. Enquanto não for efetivamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) previsto no art. 87 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o sistema de registro cadastral de fornecedores do Município será regido, no que couber, pelo disposto na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

Parágrafo Único. Em nenhuma hipótese as licitações realizadas pelo Município serão restritas a fornecedores previamente cadastrados na forma do disposto no caput deste artigo, exceto se o cadastramento for condição indispensável para autenticação na plataforma utilizada para realização do certame ou procedimento de contratação direta.



Digitado com CamScanner



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
Praça da Bandeira nº 69 - Centro - CEP 15.730-000
E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
Telefone - (17) 3695-1101 - Fax (17) 3695-1101

CAPÍTULO XXI
DO CONTRATO NA FORMA ELETRÔNICA

Art. 38. Os contratos e termos aditivos celebrados entre o Município e os particulares poderão adotar a forma eletrônica.

Parágrafo Único. Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscrições, nos termos do art. 4º, Inc. III, da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

CAPÍTULO XXII
DA SUBCONTRATAÇÃO

Art. 39. A possibilidade de subcontratação, se for o caso, deve estar expressamente prevista no edital ou no instrumento de contratação direta, ou alternativamente no contrato ou instrumento equivalente, o qual deve, ainda, informar o percentual máximo permitido para subcontratação.

§ 1º É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

§ 2º É vedada cláusula que permita a subcontratação da parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pelo licitante ou contratada, com características semelhantes.

§ 3º No caso de fornecimento de bens, a indicação de produtos que não sejam de fabricação própria não deve ser considerada subcontratação.

CAPÍTULO XXIII
DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Art. 40. O objeto do contrato será recebido:

- 1 - em se tratando de obras e serviços:
a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;
b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.



Digitado com CamScanner



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
Praça da Bandeira nº 69 - Centro - CEP 15.730-000
E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
Telefone - (17) 3695-1101 - Fax (17) 3695-1101

II - em se tratando de compras:

- a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
b) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

§ 1º O edital ou o instrumento de contratação direta, ou alternativamente o contrato ou instrumento equivalente, poderá prever apenas o recebimento definitivo, podendo ser dispensado o recebimento provisório de gêneros perecíveis e alimentação preparada, objetos de pequeno valor, ou demais contratações que não apresentem riscos consideráveis à Administração.

§ 2º Para os fins do parágrafo anterior, consideram-se objetos de pequeno valor aqueles enquadráveis nos incisos I e II do art. 73 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO XXIV
DAS SANÇÕES

Art. 41. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pela autoridade máxima da respectiva entidade.

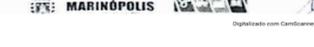
CAPÍTULO XXV
DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

Art. 42. A Controladoria do Município regulamentará, por ato próprio, o disposto no art. 169 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto à responsabilidade da alta administração para implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, monitorar e controlar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos dos procedimentos de contratação, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

CAPÍTULO XXVI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43. Em âmbito municipal, enquanto não for efetivamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) a que se refere o art. 174, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei no PNCP se referir a aviso, autorização ou extrato, a publicidade dar-se-á através de sua publicação no Diário Oficial do Município, e/ou Diário Oficial do Estado e/ou Diário Oficial da União, conforme vulto da contratação pretendida, sem prejuízo de sua temporária disponibilização no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas local, se houver;



Digitado com CamScanner



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
Praça da Bandeira nº 69 - Centro - CEP 15.730-000
E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
Telefone - (17) 3695-1101 - Fax (17) 3695-1101

II - quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei no PNCP se referir a inteiro teor de documento, edital, contrato ou processo, a publicidade dar-se-á através de sua disponibilização no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas local, se houver;

III - não haverá prejuízo à realização de licitações ou procedimentos de contratação direta ante a ausência das informações previstas nos §§ 2º e 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o que couber, nos termos deste Decreto;

IV - as contratações eletrônicas poderão ser realizadas por meio de sistema eletrônico integrado à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias do Governo Federal, nos termos do art. 5º, §2º, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;

V - nas licitações eletrônicas realizadas pelo Município, caso opte por realizar procedimento regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e por adotar o modo de disputa aberto, ou o modo aberto e Compromissado, a Administração poderá, desde já, utilizar-se de sistema atualmente disponível, inclusive o Compromissado ou demais plataformas públicas ou privadas, sem prejuízo da utilização de sistema próprio.

Parágrafo Único. O disposto nos incisos I e II acima ocorrerá sem prejuízo da respectiva divulgação em sítio eletrônico oficial, sempre que previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 44. A Administração municipal, poderá editar normas complementares ao disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais em meio eletrônico, inclusive modelos de atestados necessários à contratação.

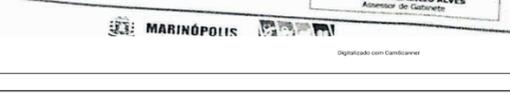
Art. 45. Nas referências à utilização de atos normativos federais como parâmetro normativo municipal, considerar-se-á a redação em vigor na data de publicação deste Decreto.

Art. 46. O Administração municipal atualizará, a cada dia 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços no Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, os valores fixados por esta Lei, os quais serão divulgados no PNCP, face ao disposto no art. 182 da NLL.

Art. 47. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Digitado com CamScanner



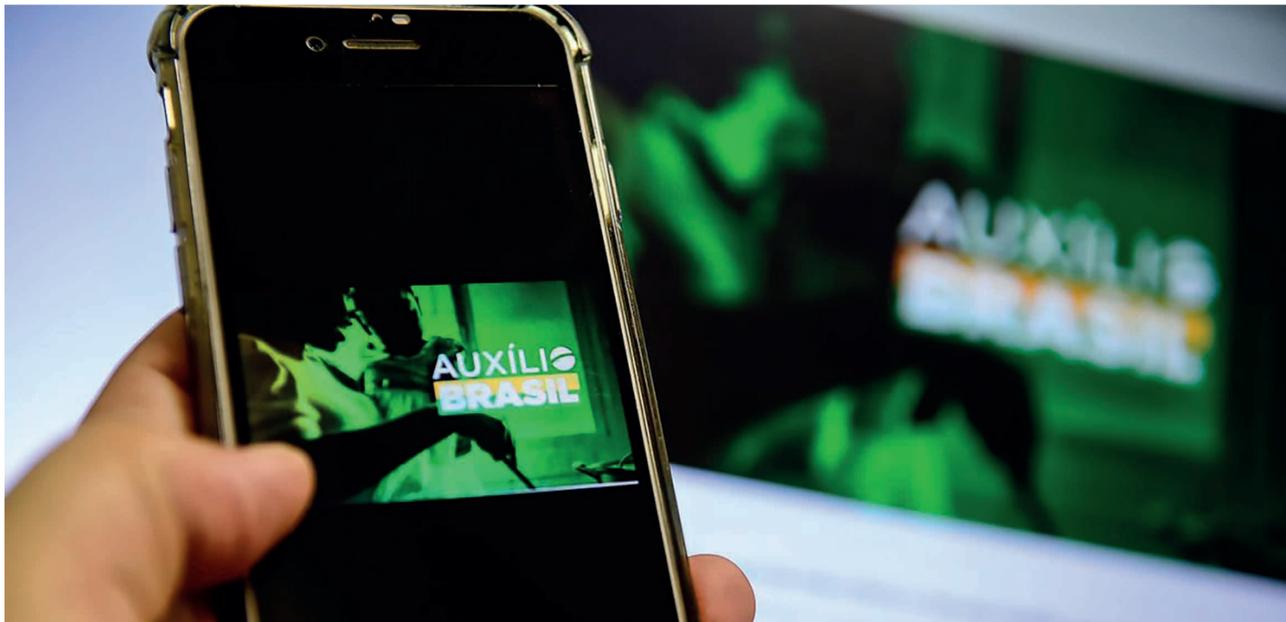
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
Praça da Bandeira nº 69 - Centro - CEP 15.730-000
E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
Telefone - (17) 369

TCU arquiva processo contra consignado da Caixa no Auxílio Brasil

O ministro Aroldo Cedraz, do Tribunal de Contas da União (TCU), negou hoje (4) o pedido do Ministério Público de Contas para que a Caixa Econômica Federal suspenda a concessão de empréstimos consignados do Auxílio Brasil. Após os esclarecimentos do banco, Cedraz decidiu arquivar o processo que questionava os riscos da linha de crédito para as finanças do banco.

“Considerando que as respostas ofertadas pela Caixa à oitiva prévia à diligência realizadas afastaram por completo a suposta irregularidade quanto à não observância de procedimentos operacionais ou de análises de risco essenciais e prévios à decisão de ofertar o empréstimo consignado aos beneficiários do Auxílio Brasil, de forma que revelaram a total improcedência da representação, determino o arquivamento destes autos”, justificou Cedraz na decisão.

Segundo o ministro, os documentos fornecidos pela Caixa demonstraram que o banco cumpriu os ritos de go-



vernança empresarial antes de ofertar a linha especial de crédito. Entre os aspectos observados, estão as análises sobre a definição de limites de valores irrecuperáveis, sobre os custos da operação e a precificação dos juros. Para Cedraz, a Caixa provou a viabilidade comercial e financeira do consignado do Auxílio Brasil.

SUSPENSÃO

Concedido desde 11 de outubro, o crédito consignado do Auxílio Brasil pela Caixa está suspenso desde terça-feira (1º). Segundo o banco, a suspensão durará até as 7h do próximo dia 14 ocorreu por causa do processamento da folha de pagamento do Auxílio Brasil entre a Caixa, a Dataprev e o Ministério da Cidadania.

No pedido original ao TCU, o Ministério Público de Contas também havia pedido que o órgão julgasse o uso eleitoral do crédito consignado do Auxílio Brasil. No entanto, no dia 24, Cedraz, o relator do processo, desmembrou essa parte da ação e repassou o material ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2022 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2022

O presidente da Comissão Permanente de Licitação Sr. JOSÉ RENATO DOIMO, da Câmara Municipal de São Francisco, consoante autorização do Sr. Benedito Belias, na qualidade Presidente do exercício de 2022 e ordenador de despesa, vem abrir o presente processo administrativo para Contratação de empresa especializada em contabilidade pública, visando à prestação de serviços técnicos especializados em Contabilidade, financeira, orçamentária e folha de pagamento, bem como envio de dados informatizados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo relativo ao sistema AUDESP, demonstrativos da LRF, SICONFI, DCTF, e Social, desta Câmara Municipal pelo período de 12 meses.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Com efeito a INEXIGIBILIDADE de Licitação tem como fundamento no art. 25, inciso II e art. 13, inciso III e art. 26, § único, incisos II e III todos da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Art. 13 - Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

III - assessorias ou consultorias técnicas [...]

Art. 26 - As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8 desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à

autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005).

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com seguintes elementos:

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

Com a promulgação da Lei 14.039/2020 que ocorreu no dia 17 de agosto de 2020, onde alterou o art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que traz:

*Art. 25.

§ 1º Os serviços profissionais de contabilidade são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei.

§ 2º Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de profissionais de contabilidade cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato. (NR).

Em relação a serviços técnicos a que se refere o artigo 25, supra citado, arrolados no artigo 13, e com promulgação da Lei 14.039/2020 que altera o art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946. não resta nenhuma dúvida de que os serviços a serem contratados incluem-se entre eles, uma empresa ESPECIALIZADA EM CONTABILIDADE PÚBLICA, visando à prestação de serviços técnicos especializados em Contabilidade, financeira, orçamentária e folha de pagamento, bem como envio de dados informatizados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo relativo ao sistema AUDESP, demonstrativos da LRF, SICONFI, DCTF e E-social, desta Câmara Municipal no período de 12 meses.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Justificamos a contratação do objeto do presente termo, pelo fato da necessidade de uma empresa especializada em contabilidade pública, visando à prestação de serviços técnicos especializados em Contabilidade, financeira, orçamentária e folha de pagamento para esta Câmara Municipal, assim, por tanto, tendo em vista diversas sanções que presidentes vem sofrendo por conta de ordem técnica e má orientação, a situação requer uma empresa que detenha conhecimento na área especificada, além de ser necessário, se configura de extrema importância para a correta condução desta Casa Legislativa.

A empresa baseia no atendimento cliente IN LOCO acompanhando periodicamente os atos administrativos ocorridos, também conta com escritório para atendimento no Município de Palmeira D'Oeste/SP.

Tais características são demonstradas pela contratada conforme se verifica das qualificações apresentadas pela mesma.

RAZÕES DA ESCOLHA

A escolha recaiu na empresa VIEIRA SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME, em consequência por apresentar a menor proposta referente a solicitação de orçamentos e por apresentar Atestado de Capacidades Técnicas, sendo uma empresa conceituada no desempenho de suas atividades junto a outros Municípios, além da sua disponibilidade e conhecimento dos problemas existentes no âmbito da Administração Municipal. Ficou caracterizado neste processo que torna-se inviável a

competição em face da singularidade e exclusividade da contratação da empresa VIEIRA SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME, bem como dos notórios conhecimentos da referida empresa.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha da proposta mais vantajosa, justifica-se pelo preço estar em conformidade com os preços praticados no mercado conforme orçamentos apresentado a esta Casa Legislativa, conforme demonstram comparativos de preço, já anexadas a este processo.

Diante do exposto, tendo em vista o último cargo ocupado, por servidor efetivo era significativamente superior aos valores mensais propostos.

Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com VIEIRA SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME, no valor mensal de R\$ 3.750,00 (três mil e setecentos e cinquenta reais), levando-se em consideração a melhor proposta ofertada, conforme documentos acostados aos autos deste processo.

São Francisco/SP, 31 de outubro de 2022.

BENEDITO BELIAS:78472750825
750825

Assinado de forma digital por BENEDITO BELIAS:78472750825
Dados: 2022.10.31 13:49:19 -03'00'

Benedito Belias
Presidente

Extrato de Contrato

CONTRATO: 007/2022

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
CONTRATADA: VIEIRA SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA-ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada em contabilidade pública, visando à prestação de serviços técnicos especializados em Contabilidade financeira, orçamentária e folha de pagamento, bem como envio de dados informatizados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo relativo ao sistema AUDESP, demonstrativos da LRF, SICONFI, DCTF, E-social, desta Câmara Municipal no período de 12 meses
ORIGEM: Processo Licitatório n.07/2022 - Inexigibilidade 01/2022
Fundamento Legal: Na forma do §1º e § 2º do art. 25 do Decreto - Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 amparada no art. 25, inciso II e art. 13, inciso III e art. 26 § único, incisos II e III da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações posteriores

VALOR MENSAL: R\$ 3.750,00 (Três mil, setecentos e cinquenta reais)
VIGÊNCIA: 12 MESES
DATA DE ASSINATURA: 01/11/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA SALETE

PROCESSO Nº. 95/2022
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

JEDER FABIANO SANTIAGO SOUZA, Prefeito Municipal desta cidade de Santa Salete, do Estado do de São Paulo, na forma da Lei e no uso de suas atribuições, etc.,

Pelo presente, indo devidamente assinado, faz saber, a todos quantos interessar possa que, examinando a presente licitação na modalidade Pregão Presencial nº 34/2022 – Processo nº 95/2022 e, considerando o relatório da Comissão Permanente, assim como todo o processado, verificou que a mesma está em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela de nº 8.883 de 08 de junho de 1994 e pela Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1.998, e o Edital e Instruções expedidos. HOMOLOGO E ADJUDICO a empresa: LUIDE AMORIM MENDES 29656681878, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DESTINADA AO MUNICÍPIO DE SANTA SALETE/SP.

Convoquem-se as interessadas para assinarem o termo de contrato no prazo e condições estabelecidas, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 II, desde que precluso o prazo de recurso e/ou, proceda-se na forma da lei.

Ciência à Contabilidade para providências e ao órgão interessado no objeto.

Publique-se por afixação no local próprio desta Prefeitura.

Prefeitura Municipal de Santa Salete (SP), 28 de outubro de 2022.

JEDER FABIANO SANTIAGO SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Nº. 95/2022
Modalidade Pregão Presencial Nº. 34/2022

Objeto
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DESTINADA AO MUNICÍPIO DE SANTA SALETE/SP.

Contrato Nº 141/2022
Contratada LUIDE AMORIM MENDES 29656681878
Valor Total R\$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais).
Vigência Até 28 de outubro de 2023.

Prefeitura Municipal de Santa Salete (SP), 28 de outubro de 2022.

JEDER FABIANO SANTIAGO SOUZA
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MARINÓPOLIS ABRE CONCURSO PÚBLICO COM 39 VAGAS

A Prefeitura Municipal de Marinópolis anunciou o edital do concurso público nº 001/2022 para a contratação de novos 39 profissionais.

Há oportunidade para diferentes áreas, com exigência de ensino fundamental completo, ensino médio ou superior.

Os salários variam de R\$ 1222,24 a R\$ 5118,90 em jornadas que vão de 20 a 40 horas semanais.

As inscrições serão realizadas via Internet, através do site indepac.org.br/concursos, iniciando-se às 08h00 do dia 07 de novembro de 2022 e encerrando-se às 16h00 do dia 21 de novembro de 2022. As provas objetivas serão realizadas no dia 08 de janeiro.

As vagas serão distribuídas para os seguintes cargos:

- Agente Comunitário de Saúde
- Agente de Combate às Endemias
- Agente de Vigilância Sanitária
- Assistente Social
- Auxiliar de Consultório Odontológico
- Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
- Auxiliar de Serviços Gerais
- Braçal
- Cirurgião Dentista
- Contador
- Controlador de Frota



- Controlador Interno
 - Coordenador Pedagógico
 - Cozinheiro
 - Diretor de Escola
 - Engenheiro Civil
 - Escriturário
 - Fisioterapeuta
 - Fonoaudiólogo
 - Gari
 - Lavador
 - Médico
 - Médico Veterinário
 - Monitor Desportivo
 - Monitor de Transporte Escolar
 - Motorista
 - Operador de Máquina II
 - PEB I - (AEE) Atendimento Educacional Especializado
 - Pedreiro
 - Professor Educação Básica I
 - Professor Educação Básica II (Artes)
 - Professor Educação Básica II (Inglês)
 - Psicólogo
 - Técnico de Enfermagem
 - Técnico de Farmácia
 - Terapeuta Ocupacional
 - Tesoureiro
 - Tratorista
 - Vice-Diretor
- Para mais informações, acesse: indepac.org.br/concursos

NOVA ONDA DA COVID-19: SAIBA OS SINTOMAS E QUAIS CUIDADOS TOMAR

A positividade dos testes de coronavírus em laboratórios privados do País aumentou em outubro, apontou análises do Instituto Todos pela Saúde (ITpS), e uma nova onda de casos da doença também tem sido observada em países da Europa. Duas novas cepas do vírus, a BG.1 e a XBB, que surgiram a partir da variante Ômicron, são potencialmente mais resistentes à vacina e têm crescido em circulação.

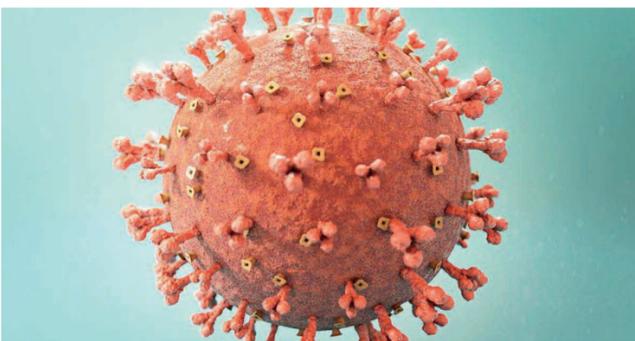
Em entrevista ao Estadão, especialistas apontam que é importante que a população atente aos sintomas, faça testes para confirmar a infecção por coronavírus e siga o tratamento correto da doença.

Como a covid-19 pode ser confundida com um resfriado ou gripe, é importante que a pessoa, ao perceber os sintomas, faça um teste para comprovar se há infecção por coronavírus ou por influenza, que também teve aumento relevante no número de testes positivos.

Em especial idosos e imunossuprimidos devem ter um diagnóstico correto para que o tratamento seja feito o quanto antes, diminuindo as chances de uma evolução para quadro mais grave. Até o momento, o aumento no número de testes positivos para coronavírus são de casos leves. Não houve aumento relevante no número de internações pela doença.

SINTOMAS

Segundo o médico infectologista do Hospital das Clínicas da Facul-



dade de Medicina da USP Evaldo Stanislá, apesar das novas cepas do vírus, os sintomas da covid-19 continuam sendo os mesmos de antes. "Geralmente são sintomas respiratórios, similares a de um resfriado comum ou eventualmente aos de uma gripe, quando há mais sintomas de febre e mal estar", diz.

Por isso, é preciso se atentar se há:

- coriza;
- dor de garganta;
- tosse;
- dor no corpo;
- mal estar;
- febre.

Os sintomas podem aparecer isoladamente ou todos juntos. Pessoas imunizadas com todas as doses contra a doença e que não têm idade avançada ou problemas de saúde tendem a apresentar sintomas mais leves, sem evolução para casos graves. Para saber se é covid-19, influenza ou apenas um resfriado comum, é preciso fazer um teste laboratorial.

TESTAGEM DE COVID-19
Alexandre Naemy Barbosa, infectologista, professor e vice-presiden-

te da Sociedade Brasileira de Infectologia, defende que a testagem de pacientes com sintomas respiratórios deve ser feita em todos os casos.

Segundo ele, o paciente consegue ter um melhor tratamento quando diagnosticado corretamente, o que diminui as chances de evolução da doença para quadros mais graves. "Hoje nós já temos alguns medicamentos que tratam a covid-19 e que ajudam para que o quadro clínico do paciente não evolua negativamente", diz o especialista.

Para Carolina dos Santos Lázari, infectologista do Fleury Medicina e Saúde, a testagem é importante não só no âmbito pessoal, mas também coletivo. Ela possibilita que a comunidade médica, científica e as autoridades saibam o que está acontecendo nas cidades e no País para que sejam tomadas as medidas necessárias para conter e prevenir casos.

Além disso, é necessário comunicar o cenário atual às pessoas mais vulneráveis para que elas possam se proteger.

"Nós sempre estimulamos a con-

firmação por exame laboratorial, mesmo para pacientes com sintomas leves e sem fatores de risco, para que a gente conheça o que está acontecendo na comunidade. Afinal, quando aumenta o número de casos leves, significa que as pessoas que têm mais chance de ter um quadro grave estão expostas a um risco maior", explica Lázari. Segundo ela, nos hospitais parceiros do Fleury, a testagem em pronto-socorro é um protocolo comum.

Stanislá concorda com a especialista do Fleury. Segundo ele, a queda na testagem, provocada principalmente pelo relaxamento da população em relação à preocupação com o coronavírus, é um grande equívoco. "A gente perdeu o nosso indicador epidemiológico de circulação viral. Hoje a gente tem muito diagnóstico sintomático".

O médico explica que, costumeiramente, as pessoas têm sintomas respiratórios, procuram uma orientação médica - ou nem sequer procuram um médico - e o diagnóstico é feito de acordo com os sintomas. Porém, o método não é eficaz.

"A gente tem muitos agentes respiratórios. Cada um deles vai ter uma complicação clínica e um padrão epidemiológico. Então, a testagem é essencial para a gente identificar quais são os agentes que estão circulando", explica o especialista.

Caso o médico do pronto-socorro não peça a testagem, Barbosa defende que o paciente exija o teste. Além disso, o ideal é realizar testes laboratoriais.

Cine Jales EM EXIBIÇÃO DE 02 A 09 DE NOVEMBRO:

ONE PIECE FILM RED

EM EXIBIÇÃO

Sessões: Quarta-feira(02/11) e Quinta-feira(03/11): 17:00h e 19:30h
Sexta-feira(04/11) e Sábado(05/11): 17:00h e 19:30h
Domingo(06/11): não haverá sessão
Terça-feira(08/11) e Quarta-feira(09/11): 17:00h e 19:30h

ADÃO NEGRO

EM EXIBIÇÃO

Sessões: Quarta-feira(02/11): 21:40h
Quinta-feira(03/11): 21:40h
Sexta-feira(04/11): 21:40h
Sábado(05/11): 21:40h
Domingo(06/11): 21:40h
Segunda-feira(07/11): não haverá sessão
Terça-feira(08/11): 21:40h
Quarta-feira(09/11): 21:40h

17 Em 2D / Dublado

INGRESSOS: Inteira: R\$ 20,00
Meia-entrada: R\$ 10,00

PROMOÇÃO De Segunda a Quinta TODOS pagam MEIA-ENTRADA

COMBO COM: 1 Balde de Pipoca 2 Refrigerantes Lata 1 Chocolate R\$ 29,00

Salgados Fritos, Assados e Sucos Naturais

MARCELU'S SUKARIA

Muito Recheado

Marcelu's SALGADOS

Encomendas para Festas e Vendas no Atacado / Varejo

17 99747-9110

ESCOLA DE MÚSICA

Aparecida Talhari

VIOLÃO - TECLADO - VIOLINO
GUITARRA - PIANO
TÉCNICA VOCAL - ARTES CÊNICAS

17 99711-7665

Rua Padre Anchieta, 56-22 - Centro
Palmeira D' Oeste-SP

RESIDENCIAL

PÔR do SOL

Palmeira D' Oeste/SP

Você financia direto com o Empreendimento

CONFIRA NOVAS OPORTUNIDADES!

Em LOTES à partir de: **240 mts²**

Seu investimento com a segurança do melhor negócio!

Informações / Plantão de Vendas
17 99668-6735 / 99711-9654

ESGOTADOS
LOTES 200 mts²

LANÇAMENTO DO LIVRO "HISTÓRIAS DE DENTRO DE MIM" DE MARCIA FERNANDES

Na última sexta-feira, dia 4/11, aconteceu o coquetel de lançamento do primeiro livro da escritora Marcia Fernandes. A publicação se deu pela Editora Artefato e foi viabiliza-

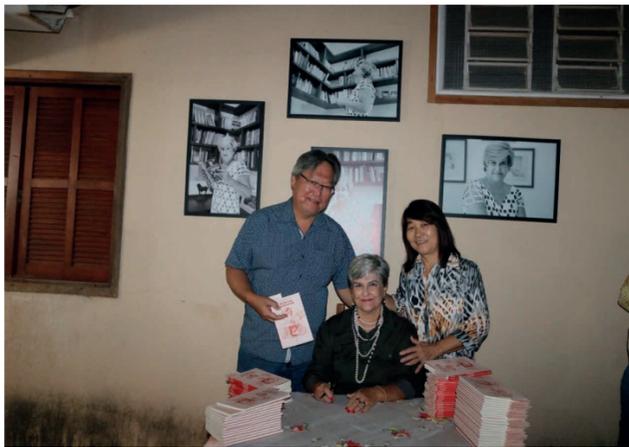
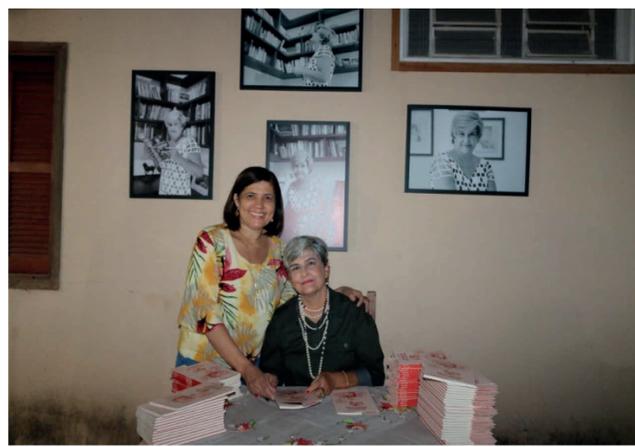
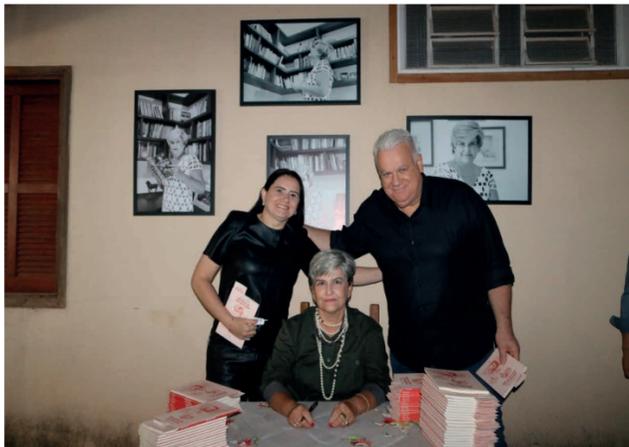
da através da Lei Aldir Blanc, aprovada no município de Palmeira d'Oeste.

O livro é uma reunião de crônicas do cotidiano que trazem à luz personagens que habitam um

pequeno lugar: o imaginário de uma mulher que ganhou a vida como professora e, hoje, aos 63 anos, lança-se em uma empreitada: lançar-se como escritora.

Na oportunidade do lança-

mento estiveram presentes diversas autoridades da região, além de amigos e familiares da autora. Os exemplares do livro podem ser adquiridos através do contato direto com a autora.



CASA DO LAVRADOR
— Agropecuária —

Rua XV de Novembro N° 46-80
Centro - Palmeira D'Oeste/SP
(17) 3651-1547

Clinica referência na região em implantes dentários e próteses sobre implantes.

SSB
Clínicas Odontológicas
IMPLANTODONTIA E ORTODONTIA

Nossos Serviços

- Clinica Geral
- Ortodontia
- Tratamento de Canal
- Clareamento Dental
- Próteses Fixas e Móveis
- Lentes de Contato Dental
- Lipopapada
- Botox / Preenchimento

Sorria com confiança!

Agende sua avaliação!
📞 17 99629.9213

UNIDADES em AURIFLAMA e PEREIRA BARRETO

📍 PALMEIRA D' OESTE
Rua Mal. Humberto A. Castelo Branco, 4867 - Centro

TIPOESTE
OFF-SET

TIPOESTE TIPOGRAFIA LTDA-ME

Você imagina, a gente imprime!

- Cartões de Visita
- Panfletos
- Cardápios
- Pastas
- Receituários
- Encadernações
- Fichas e Formulários
- Carimbos
- Envelopes
- Adesivos de Vinil e Troca de Óleo
- Faixas
- Banners
- Brindes Personalizados
- Imãs de Geladeira
- Comanda e Talões

17 99636-2825 📞 17 99602-6490 📞
Av. Carlos Gomes nº 4960 | Palmeira D' Oeste/SP
📧 graficatipoeste@gmail.com

SAIA JÁ DO ALUGUEL

PROGRAMA
CASA VERDE E AMARELA

Minha Casa
Minha Vida

Alan Mattos
Engenheiro Civil - CREA 5069303723
1799634-1740 📞

MATERIAL P/ CONSTRUÇÃO

Big
CENTER

17 3651-1125 📞 17 99668-8821 📞



Vendas no atacado e varejo. Venha conferir!

Telefone (17) 3651-3347
Av. Inocêncio Figueiredo, nº 53-58 - Centro - Palmeira d'Oeste

Posto de Serviço D'Oeste
(17) 3651-1129
ABERTO até as 24hs

CAMAC
CANÁRIO - MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES
FONE: (17) 3651-1423
FONE/FAX: 3651-1339
RUA BRASIL, Nº 56-100 - CENTRO - PALMEIRA D'OESTE-SP

Drogaria Parati
Dedicada a você
MultiDrogas
Com você, pela saúde da nossa gente
(17) 3651-1131
Rua Brasil, nº 46-15 - Centro - Palmeira D'Oeste - SP

Tribuna da Imprensa
EXPEDIENTE
Jornal Tribuna da Imprensa S/S Ltda
C.N.P.J. nº 13.787.972/0001-10
Insc. Municipal nº 0300.1036.1302

Diretor Presidente: Filipe Botelho Soares Dutra Fernandes
Editora/Redatora: Marília Botelho Soares Dutra Fernandes
Colunista: Tenente Dirceu Cardoso
Jornalista Responsável: Lúide Amorim Mendes
Tiragem: 500 exemplares

Redação: Rua Rio Branco, nº 49-16 - Centro
Fone (17) 3651-1293 / 3651-1379 - Palmeira d'Oeste/SP
CEP 15.720-000 - E-Mail: tribunadacomarca@yahoo.com

Diagramação e Impressão:
Designer Gráfico: Renato Furlan Neto (17) 99755-6687
Impressão Editora JG Rio Preto - CNPJ 00.273.211/0001-06 - FONE (17) 3224-9175

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente a opinião deste jornal.

Câmara Municipal de Marinópolis
Estado de São Paulo

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2022 - DE 08 DE NOVEMBRO DE 2022.

"Declara ponto facultativo na Câmara Municipal e dá outras providências".

JOSÉ MARCIO BERNARDES DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Marinópolis, SP, no uso de suas atribuições, especialmente amparado no art. 38, incisos IV e V, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Marinópolis, SP,.

Considerando o feriado nacional da Proclamação da República (15 de novembro);

DECRETA:

Artigo 1º - Fica decretado **Ponto Facultativo** na Câmara Municipal de Marinópolis, no dia 14 de novembro de 2022.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Marinópolis - SP, 08 de Novembro de 2.022.

JOSÉ MARCIO BERNARDES DE OLIVEIRA
Presidente

Registrado e publicado conforme legislação vigente, em data supra.

Angélica de Cruz Dias Freitas
Assessora Legislativa

Email: camarara@emmarinopolis.sp.gov.br - Tel. (17) 3695-1174
Rua Espírito Santo, 415 - Centro, CEP 15.730-000

PREFEITURA DE MARINÓPOLIS
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 02 DO EDITAL DE ABERTURA

A Prefeitura Municipal de Marinópolis/SP, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, RESOLVE RETIFICAR os itens abaixo e RATIFICAR os demais itens do edital:

01 - A tabela 1, do Edital de Abertura de Inscrições, passa a constar da seguinte forma:

Emprego	Vagas	Salário inicial	Carga horária	Requisitos mínimos exigidos	Taxa de inscrição
Monitor Desportivo	01	R\$ 1.951,40	40 horas	Nível Superior em Educação Física com Dupla Graduação em Licenciatura e Bacharelado e registro no órgão competente	RS100,00

02 - Os demais itens do edital de abertura das inscrições ficam ratificados.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

Marinópolis, 09 de novembro de 2022.

Evaldo Ribeiro
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
Praça da Bandeira nº 69 - Centro - CEP 15.730-000
E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
Telefone - (17) 3695-1101 - 3695-1127

LEI MUNICIPAL Nº 2046, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022
(Referente ao Projeto de Lei 036 de 24 de Outubro de 2022)

providências

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e dá outras providências

Artigo 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$ 620.000,00, para pagamento de Aposentadorias e Pensões do Instituto de Previdência Municipal de Marinópolis, distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)		
620.000,00	03 01 01 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL-IPREM	
7 525.000,00	09.272.0035.2203.0000 Inativos e Pensionistas	
	F.R. 3.1.90.01.00 APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA	0.04.00
	F.R. 04 RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	04.00
	600 000 RPPS-Convênios/entidades/fundos	
8 95.000,00	09.272.0036.2204.0000 Pagamento de Pensionistas	
	F.R. 3.1.90.03.00 PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	04.00
	F.R. 04 RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	04.00
	600 000 RPPS-Convênios/entidades/fundos	

Artigo 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de Superávit Financeiro do Exercício de 2021:

Superávit Financeiro:	Fontes de Recurso
620.000,00	04 620.000,00

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Evaldo Ribeiro
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
Praça da Bandeira nº 69 - Centro - CEP 15.730-000
E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
Telefone - (17) 3695-1101 - 3695-1127

LEI MUNICIPAL Nº 2049 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022.
(Referente ao Projeto de Lei 039 de 27 de Outubro de 2022)

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A UNIÃO - JUSTIÇA ELEITORAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

Artigo 1º - Para regularizar a situação da Justiça Eleitoral no âmbito da Comarca de Palmeira d'Oeste, sendo integrante a cidade de Marinópolis, em face do disposto no artigo 62, inciso II da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a União - Justiça Eleitoral, representada pelo Juiz de Direito Titular da 232ª Zona Eleitoral, Dr. Rafael Salomão Oliveira, objetivando o fornecimento de móveis e utensílios para seu funcionamento e cessão de servidores, em favor da Justiça Eleitoral.

Art. 2º - As condições para o cumprimento do Convênio serão estabelecidas no Termo de Convênio de Cooperação a ser assinado pelas partes, com início de vigência a partir de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 3º - O Convênio terá prazo de duração de 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante autorização legislativa.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei neste exercício onerarão verbas próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS-SP,

Evaldo Ribeiro
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
Praça da Bandeira nº 69 - Centro - CEP 15.730-000
E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
Telefone - (17) 3695-1101 - 3695-1127

Lei Municipal nº 2047 - de 07 de novembro de 2022
(Referente ao Projeto de Lei 037 de 25 de outubro de 2022)

"Dispõe sobre abertura no orçamento vigente de Crédito Adicional Especial e dá outras providências".

Artigo 1º - Fica a Contadoria da Prefeitura Municipal de Marinópolis autorizada abrir Crédito Adicional Especial para cobrir as despesas com a aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes destinados à instalação da Cozinha, contrapartida da Prefeitura, conforme segue.

02 08	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
02 08 01	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AGROPECUÁRIA
20	Agricultura
20 605	Abastecimento
20 605 0110	Fundo Municipal do Meio Ambiente e Agricultura
20 605 0110 1077 0000	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para Cozinha
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material PermanenteR\$ 36.906,56
0.01.00 100.023	Cozinha

Artigo 2º - O Crédito Adicional Especial na forma do artigo 1º será coberto por excesso de arrecadação do exercício de 2022 no valor de R\$ 36.906,56 (trinta e seis mil, novecentos e seis reais e cinquenta e seis centavos).

Artigo 3º - O referido crédito fica incluído nos quadros e anexos constantes do PPA - Plano Plurianual e LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituídos pela Lei nº 1.999, de 25 de outubro de 2021 - PPA, e Lei nº 1.988, de 21 de junho de 2021 - LDO.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Marinópolis-SP
Em 07 de novembro de 2022

Evaldo Ribeiro
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14
Praça da Bandeira nº 69 - Centro - CEP 15.730-000
E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
Telefone - (17) 3695-1101 - 3695-1127

Lei Municipal nº 2048 - de 07 de novembro de 2022
(Referente ao Projeto de Lei 038 de 25 de outubro de 2022)

"Dispõe sobre abertura no orçamento vigente de Créditos Adicionais Especiais e dá outras providências".

Artigo 1º - Fica a Contadoria da Prefeitura Municipal de Marinópolis autorizada abrir 02 (dois) Créditos Adicionais Especiais para cobrir as despesas com aquisição de materiais e contratação de mão de obra para melhoria e adaptação do prédio do Projeto Renascer, conforme segue.

02 03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
02 03 02	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08	Assistência Social
08 243	Assistência à Criança e ao Adolescente
08 243 0032	Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
08 243 0032 2009 0000	Manut. do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
3.3.90.30.00	Material de ConsumoR\$ 12.000,00
0.02.81 500.009	PSB - Proteção Social Básica
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.....R\$ 9.000,00
0.02.81 500.009	PSB - Proteção Social Básica

Artigo 2º - Os Créditos Adicionais Especiais na forma do artigo 1º será coberto por Superávit Financeiro do Exercício de 2021 no valor de até R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

Artigo 3º - Os referidos créditos ficam incluídos nos quadros e anexos constantes do PPA - Plano Plurianual e LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituídos pela Lei nº 1.999, de 25 de outubro de 2021 - PPA, e Lei nº 1.988, de 21 de junho de 2021 - LDO.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Marinópolis-SP
Em 07 de novembro de 2022

Evaldo Ribeiro
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Contrato nº 07/2022
Processo Licitatório nº 07/2022
Inexigibilidade nº 01/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada em contabilidade pública, visando à prestação de serviços técnicos especializados em Contabilidade financeira, orçamentária e folha de pagamento, bem como envio de dados informatizados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo relativo ao sistema AUDESP, demonstrativos da LRF, SICONFI, DCTF, E-social, desta Câmara Municipal no período de 12 meses.

Benedito Belias, Presidente da Câmara Municipal de São Francisco, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas, HOMOLOGA e ADJUDICA:

O Processo em epígrafe, a favor da Empresa VIEIRA SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA ME, inscrita no CNPJ Nº. 40.567.038/0001-65, com sede no município de Palmeira D'Oeste, perfazendo o valor mensal de R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais), cuja proposta apresentada foi considerada válida pelo critério de aceitabilidade, sendo a mais vantajosa para a Câmara Municipal, tudo de conformidade com os elementos contidos no presente processo.

Prossiga-se nos demais atos.

São Francisco-SP, 31 de outubro de 2022.

BENEDITO BELIAS:78472750825
Assinado de forma digital por BENEDITO BELIAS:78472750825
Dados: 2022.10.31 16:02:42 -03'00'

Benedito Belias
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS/SP
AVISO DE LICITAÇÃO - Pregão Presencial nº 018/2022

A Prefeitura Municipal de Marinópolis, (SP), Torna-se público, para conhecimento de todos quantos possa a vir interessar, que realizará as 08h30min no dia **18 DE NOVEMBRO DE 2022, o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2022**, na Modalidade **Pregão Presencial nº 018/2022**. **OBJETO:** Eventual contratação de Serviços gráficos, a serem utilizados por diversas secretarias e órgãos da municipalidade, os quais serão entregues de forma parcelada de acordo com a necessidade. O Edital e seus Anexos, poderão ser retirado junto ao Setor de Licitações, dentro do horário regulamentar de funcionamento, de segunda a sexta-feira, das 8:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h, solicitados por e-mail licitacao@marinopolis.sp.gov.br, ou obtido através do site www.marinopolis.sp.gov.br. Maiores informações pelo fone: (17) 3695-1101. Marinópolis (SP). Em 03 de Novembro de 2022. Evaldo Ribeiro - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP
 LEI MUNICIPAL N.º 3.021, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2022.
 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A UNIÃO – JUSTIÇA ELEITORAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:
 REINALDO SAVAZI, Prefeito Municipal de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL, POR SEUS REPRESENTANTES APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:
 Art. 1º - Para regularizar a situação da Justiça Eleitoral no âmbito da Comarca de Palmeira d'Oeste, em face do disposto no artigo 62, inciso II da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a União – Justiça Eleitoral, representada pelo Juiz de Direito Titular da 232ª zona Eleitoral, Dr. Rafael Salomão Oliveira, objetivando: O fornecimento de móveis e utensílios para seu funcionamento e cessão de servidores, em favor da Justiça Eleitoral.
 Art. 2º - As condições para o cumprimento do Convênio serão estabelecidas no Termo de Convênio de Cooperação a ser assinado pelas partes.
 Art. 3º - O Convênio terá prazo de duração de 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante autorização legislativa.
 Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei neste exercício onerarão verbas próprias consignadas no orçamento vigente.
 Art. 5º - Esta lei entrará em vigor a partir de 06 de fevereiro de 2023, revogadas as disposições em contrário.
 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP, 08 DE NOVEMBRO DE 2022.
 REINALDO SAVAZI
 Prefeito Municipal
 Registrada e publicada conforme lei pertinente, em data supra.
 Luiz Carlos Felício
 Secretário Municipal de Adm. e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP
 LEI MUNICIPAL N.º 3.022, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2022.
 DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ATÉ O VALOR DE R\$ 130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:
 REINALDO SAVAZI Prefeito Municipal de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL, POR SEUS REPRESENTANTES APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:
 Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir em sua Contadoria, Crédito Adicional Suplementar, destinados a empenhar despesas com Manutenção das Atividades da Secr. Administrativa, conforme a seguinte classificação orçamentária:

1	Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste
02	Prefeitura Municipal
02.02	Administração
02.02.01	Secretaria e Administração
04	Administração
04.122	Administração Geral
04.122.0007	Suporte Administrativo
04.122.0007.2030.0000	Manutenção das Atividades da Secr. Administrativa.
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R\$ 130.000,00
	(Código de Aplicação 110.000)
Total	do Crédito Adicional Suplementar.....R\$ 130.000,00

 Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o artigo anterior, fica a contadoria da Prefeitura Municipal autorizada a utilizar o excesso de arrecadação do exercício financeiro de 2022 no valor de R\$ 130.000,00.
 Art. 3º - Fica autorizada através da presente Lei a inclusão deste programa e atividades no PPA e LDO, do exercício financeiro de 2022.
 Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP, 08 DE NOVEMBRO DE 2022.
 REINALDO SAVAZI
 Prefeito Municipal
 Registrada e publicada conforme lei pertinente, em data supra.
 Luiz Carlos Felício
 Secretário Municipal de Adm. e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP
 LEI MUNICIPAL N.º 3.023, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2022.
 DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL ATÉ O VALOR DE R\$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:
 REINALDO SAVAZI Prefeito Municipal de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL, POR SEUS REPRESENTANTES APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:
 Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir em sua Contadoria, Crédito Adicional Especial, destinados a empenhar (custar) despesas com Aquisição de Veículo para a Educação, conforme a seguinte classificação orçamentária:

1	Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste
02	Prefeitura Municipal
02.05	Educação
02.05.01	Ensino Fundamental-Educação Básica
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0014	Ensino Fundamental Ed. Básica.
12.361.0014.1067.0000	Aquisição de Veículo para a Educação
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente.....R\$ 120.000,00
	(Código de Aplicação 220.003)
Total	do Crédito Adicional Especial.....R\$ 120.000,00

 Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, fica a contadoria da Prefeitura Municipal autorizada o excesso de arrecadação do Exercício Financeiro de 2022.
 Art. 3º - Fica autorizada através da presente Lei a inclusão deste programa e atividades no PPA e LDO, do exercício financeiro de 2022.
 Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas

as disposições em contrário.
 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP, 08 DE NOVEMBRO DE 2022.
 REINALDO SAVAZI
 Prefeito Municipal
 Registrada e publicada conforme lei pertinente, em data supra.
 Luiz Carlos Felício
 Secretário Municipal de Adm. e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP
 DECRETO N.º 031, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2022.
 ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA QUE ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS:
 REINALDO SAVAZI, Prefeito Municipal de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais;
 D E C R E T A -
 Art. 1º - Fica Decretado “Ponto Facultativo”, nas Repartições Públicas Municipais, no dia 14/11/2022 - (Segunda-feira) e, considerando ainda, o Feriado Nacional do dia 15 de novembro do corrente ano - (Terça-feira), o expediente normal deverá restabelecer-se no dia 16 de novembro de 2022 – (Quarta-feira).
 Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
 Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP, 08 DE NOVEMBRO DE 2022.
 REINALDO SAVAZI
 Prefeito Municipal
 Registrado e publicado na Secretaria da Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste-SP., em data supra.
 Luiz Carlos Felício
 Secretário Municipal de Adm. e Planejamento

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2022
 A PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D' OESTE TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS QUE SE ACHA ABERTO O EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) QUE OBJETIVA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DE TELEFONIA MÓVEL (SMP).
 PROCESSO n.º 064/2022
 DATA DA REALIZAÇÃO: 25/11/2022
 HORÁRIO: a partir das 09h30m
 LOCAL: Sala do Setor de Licitações - Paço Municipal
 REINALDO SAVAZI – PREFEITO MUNICIPAL - PALMEIRA D'OESTE-SP, 09 DE NOVEMBRO DE 2022.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 036/2022 - TOMADA DE PREÇO N.º 004/2022 - CONTRATO 086/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP.
 CONTRATADA: A Z BERTOLASSI ENGENHARIA - ME, estabelecida na Av. Miguel Garcia, N.º 3597 – Parque Industrial - Cep 15.720-000 – Palmeira D' Oeste - SP, inscrita no CNPJ n.º sob o n.º 21.057.408/0001-70.
 OBJETO: Contratação de empresa especializada na construção de um GALPÃO, convênio celebrado entre o município de Palmeira d' Oeste e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento SAA-PRC-2021/09552, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma e projetos.
 VALOR DO CONTRATO: R\$ 154.436,74 (cento e cinquenta e quatro mil quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos).
 DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 31 de Outubro de 2022 - VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
 REINALDO SAVAZI – PREFEITO MUNICIPAL

Tomada de Preços n.º 004/2022
 Processo n.º 036/2022
 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REINALDO SAVAZI, Prefeito Municipal de Palmeira d'Oeste/SP, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,...

FAZ SABER, a todos quantos interessados possa, que, examinado a presente licitação, Tomada de Preço n.º 004/2022, e, considerando o PARECER da Comissão Permanente de Licitação designada para realizar os procedimentos licitatórios desta Prefeitura, bem como todo o processo, verifiquei que a mesma esta em conformidade com a Lei n.º 8.666/93, com suas alterações e o Edital. Perfeitamente em ordem, todo o processo, sem irregularidade ou nulidade a se corrigir ou sanar. Assim, HOMOLOGO a presente licitação nos termos do art. 43 inciso VI da mencionada Lei n.º 8.666/93. Nesses termos, considerando satisfatória a proposta apresentada e classificada em primeiro lugar, com preço compatível com edital, o que satisfaz plenamente os interesses econômicos desta Prefeitura Municipal, ADJUDICO como adjudicado a firma: A Z BERTOLASSI ENGENHARIA - ME, estabelecida na Av. Miguel Garcia, N.º 3597 – Parque Industrial - Cep 15.720-000 – Palmeira D' Oeste - SP, inscrita no CNPJ n.º sob o n.º 21.057.408/0001-70. Para contratação de empresa especializada na construção de um GALPÃO, convênio celebrado entre o município de Palmeira d' Oeste e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento SAA-PRC-2021/09552, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma e projetos. Com valor estimado de R\$ 154.436,74 (cento e cinquenta e quatro mil quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos).

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRE-SE

Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, 31 de Outubro de 2022.

REINALDO SAVAZI
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA SALETE

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 24/2022
 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 72/2022

JEDER FABIANO SANTIAGO SOUZA, Prefeito do Município de Santa Salete, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, torna público que: - Encontra-se em aberto processo de licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo “Menor Preço por Item”, objetivando a Contratação de Empresa Especializada no Ramo para Fornecimento de 02 (dois) Veículos Tipo Passeio 0 Km destinados ao Setor de Saúde do Município de Santa Salete/SP. O Edital completo com os seus anexos, encontra-se disponível para retirada em nosso site www.santasalete.sp.gov.br/licitacoes, com abertura no dia 30 de novembro de 2022, iniciando o credenciamento às 09h00m, na Sala do Setor de Licitação. Maiores informações pelo e-mail licitacao@santasalete.sp.gov.br.
 Prefeitura Municipal de Santa Salete (SP), 11 de novembro de 2022.

JEDER FABIANO SANTIAGO SOUZA.
 Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
 Processo 106/2022
 Dispensa de Licitação
 ART. N.º 75, inc. II da Lei n.º 14.133/2022 53/2022
 Objeto
 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS E TRENZINHO DA ALEGRIA – EM DATAS COMEMORATIVAS: SEMANA DA CRIANÇA NOS DIAS 08 E 09 DE OUTUBRO NO MUNICÍPIO DE SANTA SALETE/SP.

Contrato N.º 145/2022
 Contratada VIEL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
 Valor R\$ 30.948,00 (trinta mil novecentos e quarenta e oito reais)
 Vigência Até 31 de dezembro de 2022.

Prefeitura Municipal de Santa Salete (SP), 11 de novembro de 2022.

JEDER FABIANO SANTIAGO SOUZA
 Prefeito Municipal

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS

DECISÃO

PROCESSO N.º249/2022

INTERESSADO: MARIA SUZETE LEITE DIANA

OBJETIVO: Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade DEFIRO o pedido de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade de Maria Suzete Leite Diana partir de 01 de novembro de 2022.

Publique-se. Registre-se. Intime-se
 Marinópolis – SP, 28 de outubro 2022

Camila de França Marchesini Marin
 Superintendente

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS

DECISÃO

PROCESSO N.º250/2022

INTERESSADO: MARIA APARECIDA COLIADO CORREA

OBJETIVO: Aposentadoria por Idade DEFIRO o pedido de Aposentadoria por Idade de Maria Aparecida Coliado Correa a partir de 01 de novembro de 2022.

Publique-se. Registre-se. Intime-se
 Marinópolis – SP, 28 de outubro 2022

Camila de França Marchesini Marin
 Superintendente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
 C.N.P.J. N.º 45.132.719/0001-14
 Praça da Bandeira n.º 69 – Centro – CEP 15.730-000
 E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br
 Telefone – (17) 3695-1101 – Fax (17) 3695-1101

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS/SP TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
 A Prefeitura Municipal de Marinópolis/SP, torna pública a Adjudicação e Homologação do resultado do PROCESSO n.º 050/2022 – MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2022 – SRP – OBJETO: Registro de Preços para prestação de serviços, com finalidade diagnóstica, para realização dos exames de amostras biológicas e laboratoriais de análises clínicas de natureza continuada para atender a demanda das Unidades Básicas de Saúde deste município, lavrado em favor da Empresa: ONUMA & BASILIO S/S LTDA - ME (CNPJ. 59.857.169/0001-05). Em 10 de Novembro de 2022.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS
 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 002/2022/SRP - PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2022-SRP. Objeto: Registro de preço prestação de serviços, com finalidade diagnóstica, para realização dos exames de amostras biológicas e laboratoriais de análises clínicas de natureza continuada para atender a demanda das Unidades Básicas de Saúde deste município. Assinatura da Ata: 10/11/2022. Vigência: 12 (doze) meses a contar da assinatura. Empresa adjudicada e homologada: ONUMA & BASILIO S/S LTDA - ME (CNPJ. 59.857.169/0001-05), em referência ao lote 1, perfazendo um valor Global de R\$ 59.990,00. A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta no Governo Municipal de Marinópolis no setor de Licitações. Evaldo Ribeiro Prefeito Municipal em 10 de Novembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS/SP AVISO DE LICITAÇÃO - Pregão Presencial n.º 019/2022
 A prefeitura municipal de Marinópolis, (SP), Torna se público, para conhecimento de todos quantos possa a vir interessar, que realizará as 08h30min no dia 25/11/2022, o PROCESSO LICITATÓRIO N.º 054/2022, na Modalidade Pregão Presencial n.º 019/2022. OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na aquisição de utensílios e materiais permanentes para instalação da cozinha piloto experimental, conforme convênio denominado PROCESSO N.º SAA-PRC-2021/13867, celebrado junto ao governo do Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Agricultura e Abastecimento e este município. O Edital e seus Anexos, poderão ser retirado junto ao Setor de Licitações, dentro do horário regulamentar de funcionamento, de segunda a sexta-feira, das 8:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h, solicitados por e-mail licitacao@marinopolis.sp.gov.br, ou obtido através do site www.marinopolis.sp.gov.br. Maiores informações pelo fone: (17) 3695-1101. Marinópolis (SP). Em 09 de Novembro de 2022. Evaldo Ribeiro – Prefeito Municipal.

4º TORNEIO DE VOLEIBOL FEMININO: Troféu MADERLI TANAKA

Neste último domingo (06), tivemos o 4º Torneio de Voleibol Feminino de Palmeira D'Oeste no Ginásio Municipal de Esportes, com realização da Secretaria Municipal de Esportes e apoio da Prefeitura e Câmara Municipal.

A homenageada Maderli Tanaka recebeu uma placa, em virtude de seus esforços e participações em jogos de Vôlei do município, Maderli Tanaka é uma das responsáveis pela motivação das demais colegas, além de amante do esporte. O prefeito Dodô fez uso da palavra e parabenizou pessoalmente a homenageada, juntamente com a presença de todas as atletas colegas. Já com o torneio iniciado e com disputas acirradas os municípios de Magda, Indiaporã, Santa Fé do Sul, Fernandópolis, Ouroeste e Palmeira D'Oeste, o Voleibol brilhou em nosso ginásio.

Um dos pontos mais interessantes da disputa é que no torneio TODAS as partidas aconte-



tecem no mesmo dia. As atletas são levadas ao extremo e passam, praticamente, o dia todo em quadra. As finalistas, por exemplo, enfrentam 4 partidas praticamente seguidas. Outro ponto interessante é que existe um ponto

de apoio com alimentação. As jogadoras chegam as 08 horas da manhã e saem do ginásio praticamente as 18 horas uma verdadeira maratona.

A final foi disputada pelas equipes de Indiaporã e Fernandópolis e o jogo chegou a ir para o tie-break (desempate). No primeiro jogo Indiaporã ganhou por 21x11. Já na segunda partida Fernandópolis se encontrou em quadra e ganhou por 21x08, levando para o último e

decisivo jogo. Foi uma partida surpreendente, com Fernandópolis saindo na frente e Indiaporã que chegou a reagir no final, mas, não foi o suficiente. Fernandópolis foi Campeã do 4º torneio de vôlei de Palmeira D'Oeste.



Queremos agradecer ao Secretário de Esportes Leonel, as cidades participantes, ao Prefeito Dodô, Vice Maurão e Câmara Municipal, todos unidos pelo Esporte de Palmeira D'Oeste.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D' OESTE TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS QUE SE ACHA ABERTO O EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) QUE OBJETIVA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO DA CIDADE BEM COMO DAS FESTIVIDADES DE REVEILLON COM FORNECIMENTO DE TODA A ESTRUTURA, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA NA CIDADE DE PALMEIRA D' OESTE - SP PROCESSO n° 070/2022

DATA DA REALIZAÇÃO: 30/11/2022

HORÁRIO: a partir das 09h00m

LOCAL: Sala do Setor de Licitações - Paço Municipal

REINALDO SAVAZI – PREFEITO MUNICIPAL - PALMEIRA D'OESTE-SP, 10 DE NOVEMBRO DE 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA SALETE

PROCESSO Nº. 101/2022
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

JEDER FABIANO SANTIAGO SOUZA, Prefeito Municipal desta cidade de Santa Salete, do Estado de São Paulo, na forma da Lei e no uso de suas atribuições, etc.,

Pelo presente, indo devidamente assinado, faz saber, a todos quantos interessar possa que, examinando a presente licitação na modalidade Pregão Presencial nº 36/2022 – Processo nº 101/2022 e, considerando o relatório da Comissão Permanente, assim como todo o processado, verificou que a mesma está em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela de nº 8.883 de 08 de junho de 1994 e pela Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1.998, e o Edital e Instruções expedidos. HOMOLOGO E ADJUDICO a empresa: FERNANDA ALVES ABRANTES 35672372848, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS MECÂNICOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA CONserto DO MICRO-ÔNIBUS VOLARE (FMX-9586) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA SALETE/SP.

Convoquem-se as interessadas para assinarem o termo de contrato no prazo e condições estabelecidas, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 II, desde que precluso o prazo de recurso e/ou, proceda-se na forma da lei.

Ciência à Contabilidade para providências e ao órgão interessado no objeto.

Publique-se por afixação no local próprio desta Prefeitura.

Prefeitura Municipal de Santa Salete/SP, 07 de novembro de 2022.

JEDER FABIANO SANTIAGO SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Nº. 101/2022
Modalidade Pregão Presencial Nº. 36/2022

Objeto
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS MECÂNICOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA CONserto DO MICRO-ÔNIBUS VOLARE (FMX-9586) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA SALETE/SP.

Contrato Nº 143/2022
Contratada FERNANDA ALVES ABRANTES 35672372848
Valor Total R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais).
Vigência Até 07 de janeiro de 2023.

Prefeitura Municipal de Santa Salete/SP, 07 de novembro de 2022.

JEDER FABIANO SANTIAGO SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Processo 103/2022
Dispensa de Licitação
ART. Nº 75, inc. II da Lei nº 14.133/2022 52/2022
Objeto
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURAS, INSTALAÇÕES, CONFECÇÕES, MONTAGENS, MANUTENÇÃO E REPAROS DE ENFEITES NATALINOS, INCLUINDO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E MANUTENÇÃO DA REDE DE LIGAÇÃO PARA COMPOR A DECORAÇÃO NATALINA DO MUNICÍPIO DE SANTA SALETE/SP.

Contrato Nº 144/2022
Contratada TARCISO ALVES DE SOUZA DA SILVA 38893931877
Valor R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)
Vigência Até 31 de dezembro de 2022.

Prefeitura Municipal de Santa Salete (SP), 08 de novembro de 2022.

JEDER FABIANO SANTIAGO SOUZA
Prefeito Municipal

ATA DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2022

Às 09:00 horas do dia 30 (trinta) de Setembro de 2022 estiveram reunidos na PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA SALETE, Rua Barão do Rio Branco - 600 - Centro, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. JEDER FABIANO SANTIAGO SOUZA, assistido pelo Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio para apreciarem e julgarem a proposta de preço e os documentos de habilitação apresentados para a licitação na modalidade PREGAO PRESENCIAL Nº 29/2022, do tipo Menor Preço por Item, em decorrência do objeto: Contratação de Empresa Especializada para a Prestação de Serviços Mecânicos com fornecimento de peças para conserto de veículos desta municipalidade .

Reuniu-se, para o ato de recebimento dos envelopes contendo propostas e documentações referentes ao Pregão Presencial nº 29/2022, quando que iniciada a sessão, nenhuma empresa se fez presente, não havendo interessado para o item 02 Corolla EGI 1637.

O pregoeiro oficial e sua equipe de apoio segundo a Lei de Licitações decide declarar a licitação DESERTA, sugerindo a análise do objeto e posteriormente a republicação do certame; sendo possível,

mantidas as condições do edital. Nada mais havendo a relatar, o Sr. Pregoeiro encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada.

Prefeitura Municipal Santa Salete/SP, 30 de Setembro de 2022.

Fernando Prudente de Moraes Junior
Pregoeiro

Nilson Luiz Assunção
Membro

Omário Luiz Cintra
Membro

Neila Lopes Santana Zeuli
Membro

Comunicado de DEFERIMENTO referente à protocolo: 028/2022 Data de Protocolo: 03/11/2022 CEVS: 354765001-471-000010-1-5 Data de Validade: 10/11/2023 Razão Social: LUCIMEIRE APARECIDA MORETTI FERREIRA CNPJ/CPF: 19.388.402/0001-33
Endereço: Avenida AVENIDA PRESIDENTE ROOSEVELT, 736 CENTRO Município: SANTA SALETE CEP: 15768-000 UF: SP Resp. LEGAL: LUCIMEIRE APARECIDA MORETTI FERREIRA CPF: 07059015809
O Diretor da EQUIPE DA VISA MUNICIPAL DE SANTA SALETE. Defere o(a) Renovação de Licença Sanitária do Estabelecimento. O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento SANTA SALETE, Quinta-feira, 10 de Novembro de 2022

Comunicado de DEFERIMENTO referente à protocolo: 029/2022 Data de Protocolo: 03/11/2022 CEVS: 354765001-463-000008-1-7 Data de Validade: 03/11/2022 Razão Social: COMERCIAL MORETTI DISTRIBUIÇÃO E TRANSPORTES LTDA CNPJ/CPF: 43.020.758/0001-02 Endereço: RUA MARCELINO COSTA, 273 RESIDENCIAL SANTA SALETE
- B Município: SANTA SALETE CEP: 15768-000 UF: SP Resp. LEGAL: ANNE CAROLINE MORETTI FERREIRA CPF: 41038009847
O Diretor da EQUIPE DA VISA MUNICIPAL DE SANTA SALETE. Defere o(a) Cancelamento de Licença Sanitária do Estabelecimento. O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes as atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento

SANTA SALETE, Quinta-feira, 10 de Novembro de 2022

PROGRAMA NOVA FROTA – SANTA SALETE

Na última quarta-feira (09) o Prefeito Tuim, acompanhado do Vice Prefeito Antônio Jorge, Vereador Marcelo Buzo, Secretário de Serviços Públicos Robson Januário e Secretário de Agricultura Sebastião Miguel Neto estiveram na cidade de São José do Rio Preto para participar da entrega de equipamentos do programa “Nova Frota”.

O encontro foi realizado na Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, e contou com a presença do Governador Rodrigo Garcia.

Santa Salete está entre as 97 cidades do estado de São Paulo que foram contempladas com esses recursos, e na ocasião recebeu um caminhão basculante 0KM.

Essa conquista irá incorporar a frota do município e atenderá diversas demandas, impulsionando o desenvolvimento dos pequenos produtores e apoiando a manutenção das estradas rurais.

Agradecemos ao Governador Rodrigo Garcia pelo desenvolvimento do Programa, ao Deputado Estadual e ex-Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo Itamar Borges, e ao Prefeito Tuim pelo grande trabalho realizado em prol a zona rural de Santa Salete



ENERGIA COM CIDADANIA – SANTA SALETE

Agora a população de Santa Salete tem a oportunidade de reduzir o valor da conta de energia!

Foi instalado no Quiosque da Rotatória das Avenidas, o projeto Energia com Cidadania da Neoenergia Elektro,

regulado pela Aneel para a realização da troca de lâmpadas antigas por novas lâmpadas LED.

As lâmpadas de LED são mais eficientes, ou seja, gastam menos energia para iluminar tão bem quanto as

outras. Assim, é possível economizar na conta de luz e ainda manter hábitos mais sustentáveis.

Para efetuar a troca, basta ir até a unidade móvel e consultar os critérios com um dos atendentes. Troque até 5 lâmpadas incandes-

centes ou fluorescentes usadas por lâmpadas LED novas.

Agradecemos a Neoenergia Elektro e ao Prefeito Tuim pelo desenvolvimento desse projeto que irá trazer mais sustentabilidade para Santa Salete.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE SANTA SALETE

CNPJ: 01.611.211/0001-23



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2022
Concurso Público nº 01/2022

Jeder Fabiano Santiago Souza,
Prefeito Municipal de Santa Salete -
SP, usando das suas atribuições
legais;

RESOLVE:

I – CONVOCAR a candidata aprovada no Concurso Público nº 01/2022, realizado no dia 18 de setembro de 2022, homologado no dia 10 de outubro de 2022, para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Santa Salete, sito à Rua Barão do Rio Branco, nº 600, Centro, munida de documentos pessoais e habilitações exigidas conforme item 3 e item 13 do Edital nº 01/2022 do referido Concurso Público, para tomar posse no respectivo cargo, a saber:

NOME	MERENDEIRA	POSIÇÃO
ANA PAULA COSTA		1ª

II – O não comparecimento no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de publicação deste Edital, implicará na desistência do candidato.

Notifique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Santa Salete - SP, 10 de novembro de 2022.

JEDER FABIANO SANTIAGO SOUZA
Assinada da forma digital por
JEDER FABIANO SANTIAGO SOUZA
CPF: 32925544884
Data: 2022.11.10 15:43:07
Jeder Fabiano Santiago Souza
Prefeito Municipal

Rua Barão do Rio Branco, nº 600 – Centro – Santa Salete/SP – Tel: 017-3662-9000
E-mail: gabinete@santasalete.sp.gov.br

PCN

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA SALETE
CONCURSO PÚBLICO - 02/2022
ORGANIZAÇÃO: PCN CONCURSOS PÚBLICOS



GABARITO OFICIAL

PROCURADOR JURÍDICO									
01: C	02: A	03: B	04: D	05: C	06: B	07: D	08: C	09: D	10: C
11: B	12: A	13: D	14: Anulada	15: A	16: D	17: C	18: B	19: D	20: A
21: A	22: B	23: C	24: A	25: A	26: C	27: C	28: A	29: B	30: D
31: A	32: B	33: B	34: C	35: D	36: C	37: D	38: A	39: B	40: D

Governo Federal institui o Tramita.gov.br

Plataforma digital de comunicação entre sistemas de processos administrativos eletrônicos deverá ser implantada por toda a Administração Pública Federal

Foi instituído o Tramita.gov.br como nova plataforma digital de comunicação entre sistemas de processos administrativos eletrônicos (SPE). O objetivo da adoção e expansão da nova solução é estabelecer um padrão para trâmite totalmente digital de processos administrativos eletrônicos e documentos avulsos entre os diferentes órgãos da Administração Pública.

A plataforma padroniza sistemas para que conversem entre si e substitui o barramento de serviços já utilizado por 129 órgãos e aguardado por outros 70 órgãos e entidades em processo de implantação.

A solução traz mais transparência e agilidade, uma vez que permite a expedição e o acom-



panhamento 100% digital dos processos administrativos eletrônicos, reduzindo o tempo de tramitação, além de diminuir os

custos financeiros e ambientais, já que elimina os gastos com impressão, armazenamento e envio físico. A infraestrutura do siste-

ma é centralizada pelo Ministério da Economia. O Tramita.gov.br poderá ser cedido, por meio de termo de adesão, aos demais órgãos e entidades dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

COMO ADERIR

A plataforma Tramita.gov.br é ofertada e gerenciada pelo Departamento de Processo Eletrônico em Rede da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Acesse o passo a passo para iniciar a implantação do Tramita.gov.br no portal do Processo Eletrônico Nacional (PEN).

Com informações do Ministério da Economia.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Palmeira D'Oeste
Foro de Palmeira D'Oeste
Vara Única
Rua XV de Novembro, 4871, ... Centro - CEP 15720-000, Fone: (17) 3651-1317, Palmeira D'Oeste-SP - E-mail: palmeiradoeste@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

EDITAL DE CITAÇÃO

Processo Digital nº: 1000661-15.2022.8.26.0414
Classe – Assunto: Usucapião - Usucapião Extraordinária
Requerente: Ismael Santiago dos Santos e outro

Prioridade Idosa
Tramitação Prioritária
Justiça Gratuita

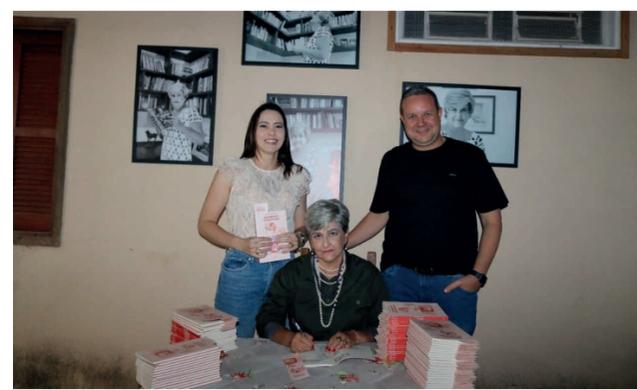
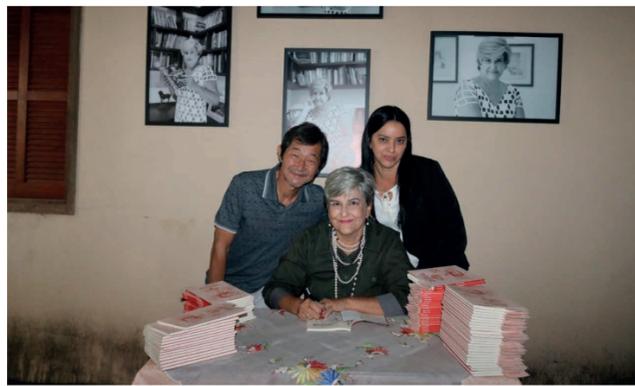
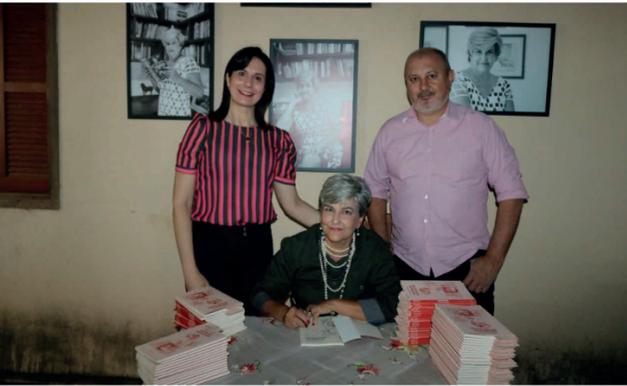
Vara Única
EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 30 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1000661-15.2022.8.26.0414

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única, do Foro de Palmeira D'Oeste, Estado de São Paulo, Dr(a). RAFAEL SALOMAO OLIVEIRA, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a(o) José de Gois Chorro, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Ismael Santiago dos Santos ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a propriedade do imóvel urbano, sito à rua Luís Antônio Silva Nunes, 6058, Alto das Palmeiras, Palmeira d'Oeste, SP, denominado Lote 02 da Quadra 18 do Setor 11, objeto da matrícula nº 4248 no CRI local, com área de 282,60 metros quadrados, cadastrado na Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste sob nº 11.18.0200, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expedir-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 30 dias. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de Palmeira D'Oeste, aos 07 de novembro de 2022.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

LANÇAMENTO DO LIVRO "HISTÓRIAS DE DENTRO DE MIM" DE MARCIA FERNANDES



Salgados Fritos, Assados e Sucos Naturais

MARCELU'S SUKARIA

Melhor Receita

Marcelu's SALGADOS

Encomendas para Festas e Vendas no Atacado / Varejo

17 99747-9110



ESCOLA DE MÚSICA

Aparecida Talhari

VIOLÃO - TECLADO - VIOLINO
GUITARRA - PIANO
TÉCNICA VOCAL - ARTES CÊNICAS

17 99711-7665

Rua Padre Anchieta, 56-22 - Centro
Palmeira D' Oeste-SP

RESIDENCIAL

PÔR do SOL

Palmeira D' Oeste/SP

ESGOTADOS LOTES 200 mts²

CONFIRA NOVAS OPORTUNIDADES!

Em LOTES à partir de: **240 mts²**

Você financia direto com o Empreendimento

Seu investimento com a segurança do melhor negócio!

Informações / Plantão de Vendas
17 99668-6735 / 99711-9654